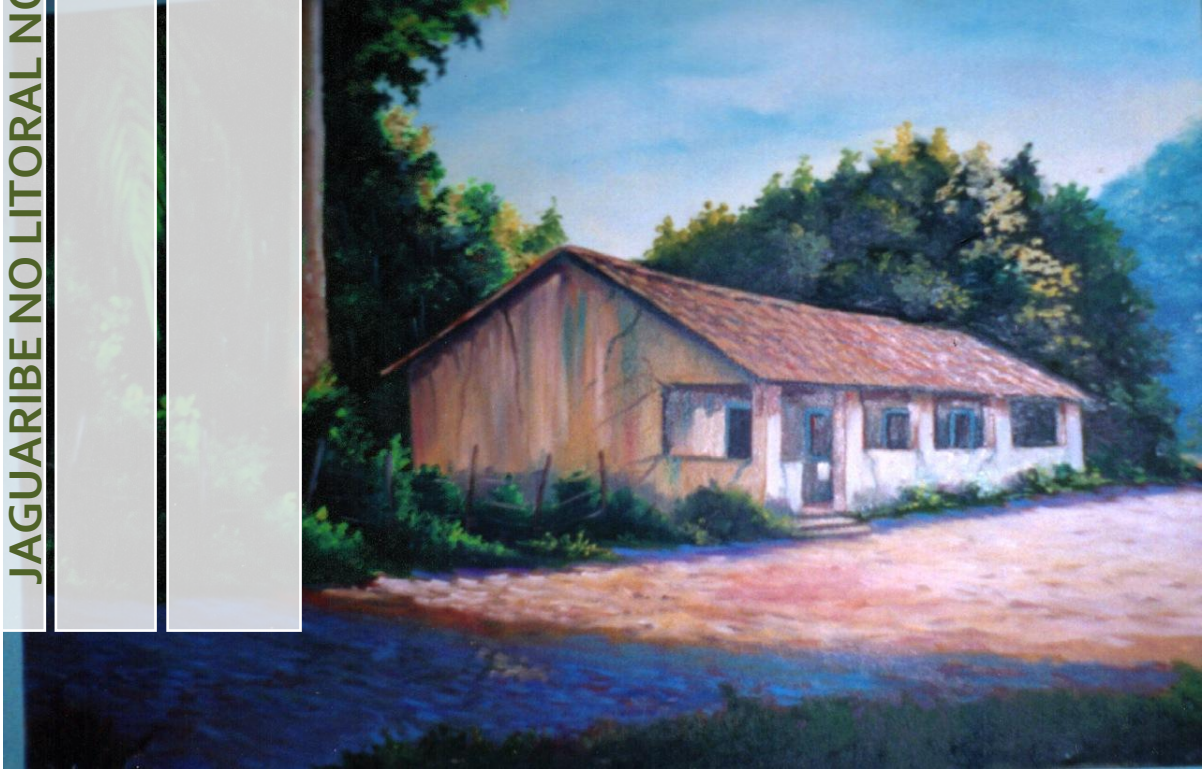


ARQUEOLOGIA E ACESSIBILIDADE DO ENGENHO
JAGUARIBE NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

Cláudia Oliveira

2018



RELATÓRIO FINAL



Governo do Estado de Pernambuco

2

Sistema de Incentivo à Cultura

SIC/PE

RELATÓRIO FINAL

**ARQUEOLOGIA E ACESSIBILIDADE DO ENGENHO JAGUARIBE
NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO**

PRODUTOR CULTURAL-CPC 6086/15

Cláudia Alves de Oliveira

ABRIL - 2018

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	9
I. INTRODUÇÃO	10
II - PESQUISA HISTÓRICA E IMAGÉTICA / Luiz S. da Silva Jr	12
2.1 A Paisagem e sua Ocupação	15
2.2 Os termos e suas origens	20
2.3 O Engenho Jaguaribe	22
2.4 Pesquisa Imagética sobre os modelos Casas de antigos Engenhos.....	23
2.5 Técnicas Construtivas.....	32
III - LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DO ENGENHO JAGUARIBE	34
IV - A PESQUISA ARQUEOLÓGICA	37
4.1 – Contexto Arqueológico e Metodologia de Campo	37
4.2 – Casa Grande	47
4.3 – Análise dos Vestígios.....	58
V - AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	73
5.1. Antecedentes da Educação Patrimonial: um breve panorama histórico	74
5.2. Público Alvo.....	76
5.3. Objetivo.....	76
5.4. Metodologia e Aportes Teóricos e Conceituais	76
5.5. . Recursos Metodológicos e Estratégias Didático-Pedagógicas.....	77
5.6. Ações Educativas Implementadas e Resultados Alcançados:.....	78
5.6. 1. Palestras	78
5.6. 2. Exposição “Arqueologia e Identidades – 477 anos de contato e Histórias	82
5.6. 3. Oficinas de registro rupestre e argila/ Maria Fernanda Even.....	84
5.6. 4. Oficina lúdica sobre Arqueologia/ Maria Fernanda Even	90
5.6. 5. Oficina O Desenho está na minha mão / Luiz Severino da Silva Jr.	93

5.6. 5 1. Recursos	93
5.6. 5. 2. Aplicação	95
5. 7. Visitas às escavações do Engenho Jaguaribe	99
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
VIII – EQUIPE	119
IX – ANEXOS	121
Comprovantes de entregas	

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Área do Engenho Jaguaribe.....	13
Figura 02: Processo do açúcar.	19
Figura 03: Engenho de açúcar do tipo trapiche.	20
Figura 04: Engenho d'Água.	21
Figura 05: Engenho de Açúcar, 1652.....	24
Figura 06: Pintura de Frans Post – Área de habitação, na parte superior.	26
Figura 07: Pintura de Frans Post – Casa / observar os materiais construtivos.....	27
Figura 08: Vista panorâmica de um engenho século XVII.....	27
Figura 09: <i>Vista de engenho e sua casa grande</i> , por Frans Post (1655).	28
Figura 10: Detalhe de engenho real (óleo 47)	28
Figura 11: Engenho de Açúcar, 1661	29
Figura 12: A moita e a Casa Grande na parte mais alta	29
Figura 13: TAIAPA HOLANDES-Frans Post - Pinturas com Títulos - Pinturas do A'Uwe.....	30
Figura 14: TAIAPA HOLANDES- 01_casa_grande-1024x575	30
Figura 15: Vila_de_Ipojuca,_1667.....	31
Figura 16: Casa Grande do Engenho “Sinimbu” em São Miguel dos Campos.	31
Figura 17: Litoral Norte de Pernambuco.....	34
Figura 18: Distribuição dos sítios no entorno do Engenho Jaguaribe.....	35
Figura 19: Área da casa grande estava coberta pela vegetação e lixo	37
Figura 20: Limpeza da área com outros instrumentos	38
Figura 24: início da topografia com a Estação total para o setoriamento e planta altimetria do sítio	40
Figura 25: Documentação através do desenho	42
Figura 26: Documentação através da fotografia	42
Figura 27: Documentação através da fotografia área	43
Figura 28: Planta da Escavação –Delimitação dos setores	44
Figura 29: Sarjetas da sacristia.....	45
Figura 30: Vista geral da sacristia – área interna	45
Figura 31: Vista geral da área da sacristia – área interna	45
Figura 32: Planta baixa área da Capela de Santo Antônio	46
Figura 33: Vista geral da área da Casa Grande	48
Figura 34: Reformas feitas pelo Sr. Antônio Mauricio fachada externa	49
Figura 35: Vista geral da área da Casa Grande antes da limpeza	50
Figura 36: Escavação na área interna da Casa Grande	50
Figura 37: Parede de taipa da Casa Grande	51
Figura 38: Vista geral: Parede do século XX e Capela Interna (seta vermelha)	51
Figura 39: As paredes que restaram da casa grande e as diferentes técnicas construtivas.....	52
Figura 40: Técnica mista.....	52
Figura 41:	53
Figura 42: Identificação de uma porta lateral na casa grande.....	54
Figura 43: Estrutura de pedra, possivelmente do século XVI	54

Figura 44: Vista lateral da canaleta em pedra calcária	55
Figura 45: Vista geral da canaleta	56
Figura 46: Direção da canaleta identificada na parte lateral da casa grande.....	57
Figura 47: Tijolos com marcas de pegadas	59
Figura 48: Fragmento de telha canal	59
Figura 49: Telha canal, modelada conforme lenda popular modelada nas colchas.....	60
Figura 50: Fragmento de forma de pães de açúcar – superf.. externa.....	63
Figura 51: Fragmento de forma de pães de açúcar – superf. interna	63
Figura 52: Borda de forma de pães de açúcar – superf.. externa.....	64
Figura 53: Borda de forma de pães de açúcar – superf.. externa.....	64
Figura 54: Louça – Fábrica Brasileira Figueiredo SA	64
Figura 55: Porcelana com marca de incisão - saleiro	65
Figura 56: Louça Sem Decoração- Interno.....	65
Figura 57: Louça Sem Decoração - Externa.....	65
Figura 58: Fragmento de Prato de Faiança Fina – Shell Edged	68
Figura 59: Fragmento de Prato de Faiança Fina – Shell Edged	68
Figura 60: Faiança Fina – <i>Transfer Printing</i>	69
Figura 61: Faiança Fina – <i>Transfer Printing</i>	69
Figura 62: Fragmento de Faiança Fina – <i>Bandedware</i>	69
Figura 63: Fragmento de Prato de Porcelana com decoração dourada	69
Figura 64: Porcelana com decoração floral	70
Figura 65: Fragmento de Faiança Fina – <i>Flow Blue</i>	70
Figura 66: Fragmento de Faiança Fina – <i>Peasant Style</i>	71
Figura 67: Fragmento de Faiança Fina – Decoração Floral?	71
Figura 68: Fragmento de Faiança Fina - <i>Finger Painted (Mochaware)</i>	72
Figura 69: Faiança- Faixas e friso – Pintada à Mão Livre	72
Figura 70: Faiança- Faixas e friso Ondular – Pintada à Mão Livre	72
Figura 71: Palestra de abertura na Escola Polivalente.....	79
Figura 72: Encerramento da palestra de abertura na Escola Polivalente.....	79
Figura 73: Palestra de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros	80
Figura 74: Local da Palestra de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros	81
Figura 75: Professores que ministraram Palestras de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros	81
Figura 76: Alunos da Escola Polivalente acompanhando as explicações das monitoras sobre os objetos expostos	83
Figura 77: Alunos da Escola Polivalente acompanhando as explicações das monitoras sobre os objetos expostos	83
Figura 78: Preparação com os alunos para dar início à oficina de modelagem em cerâmica na da E. M. Pedro Salviano	84
Figura 79: Oficinas de modelagem de cerâmica	85
Figura 80: Oficina de modelagem de cerâmica.....	85
Figura 81: Vasilhames confeccionados pelos alunos	86
Figura 82: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres.....	87
Figura 83: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres.....	87
Figura 84: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres.....	88

Figura 85: Confecção do painel rupestre	88
Figura 86: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres.....	89
Figura 87: Confecção do painel rupestre	89
Figura 88: Painel rupestre elaborado pelos alunos do 6º ano da Escola Polivalente	90
Figura 89: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento	91
Figura 90: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento	91
Figura 91: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento	92
Figura 92: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento	92
Figura 93: Modelo de caixa plástica e materias.....	94
Figura 94: Ponto de fuga	95
Figura 95: Expressões.....	95
Figura 96: Ruínas da Igreja de São Bento.....	95
Figura 97: Desenho de Verderame	95
Figura 98: Formação de grupos para início da produção do contorno da mão.....	96
Figura 99: Tema do contorno e pintura das mãos e estudo das formas para tema livre.....	97
Figura 100: Desenho Livre.....	98
Figura 101: Desenho livre.	98
Figura 102: Visitação dos alunos da Escola Polivalente as escavações arqueológicas no Engenho Jaguaribe	99
Figura 103: Visitação dos alunos da Escola Polivalente as escavações arqueológicas no Engenho Jaguaribe	100
Figura 104: Visita da equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE	100
Figura 105: Visita do prefeito e seus assessores no Engenho Jaguaribe	101
Figura 106: Reforma do Sr. Mauricio na década de oitenta	102
Figura 107: Reforma do Sr. Mauricio na década de oitenta	103
Figura 108: Estruturas do engenho em 2001.....	103
Figura 109: Estruturas da capela da casa grande.....	104
Figura 110: Efeitos da degradação atual.....	104
Figura 111: Efeitos da degradação atual.....	105
Figura 112: Fases de ocupações no Engenho Jaguaribe	106
Figura 113: Fases identificadas em cota positiva.....	107
Figura 114: A primeira casa teria a frente voltada para o norte	108
Figura 115: Delimitação da estrutura básica do engenho Jaguaribe.....	109
Figura 116: Pintura óleo da Casa Grande do Engenho Jaguaribe por Edson Bezerra.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 : Vestígios – Área da Capela - 2015	58
Gráfico 02 :Vestígios – Casa Grande - 2017	58
Gráfico 03 : Frequência da Morfologia da Cerâmica	63
Gráfico 04 : Frequência da Técnica Decorativa – Faiança Fina.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Fases de alterações tecnológicas dos engenhos.....	18
Tabela 02: Quadrículas escavadas no Engenho Jaguaribe.....	41
Tabela 03: Tipos de vestígios arqueológicos encontrados no Engenho Jaguaribe.....	58
Tabela 04: Decoração e seus respectivos períodos de produção.....	67

I. INTRODUÇÃO

As ruínas do engenho Jaguaribe ficam localizadas no município de Abreu e Lima, e pertencem, juntamente com Paulista e Igarassu, a antiga área da Sesmaria Jaguaribe, situada no litoral norte do estado de Pernambuco.

Sabemos que instalada a sede da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, inicia a doação de terras para promover o povoamento na nova colônia portuguesa. Assim, uma das primeiras sesmarias doadas, data de 24 de julho de 1540, ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real. Esta Sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, no Jaguaribe; cabendo a Vasco Fernandes um quarto desta terra, e o restante, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e Sebastião Fernandes. Nesta terra Vasco Fernandes construiu um dos primeiros engenhos açúcar de Pernambuco, denominada Engenho Jaguaribe.

Duarte Coelho, em carta de novembro de 1550, informa ao Rei sobre a capitania e se refere a cinco engenhos já funcionando em Pernambuco neste período. Segundo as notas de José Antônio Gonçalves e Cleonir Xavier, seriam os seguintes:

- ❑ o engenho de Duarte Coelho, fundado até o ano de 1542;
- ❑ o engenho Velho, fundado pelo cunhado do capitão donatário, Jerônimo de Albuquerque;
- ❑ o engenho de Igarassu, onde foi fundada a primeira vila de Pernambuco, de Afonso Gonçalves;
- ❑ o engenho Camaragibe, que já estava erguido antes de 1549, por um grupo associado a Diogo Fernandes; e
- ❑ o engenho Inhaman, fundado por Vasco Fernandes Lucena.

Porem, Costa Porto (1965), informa que o quinto engenho instalado em Pernambuco teria sido o Engenho Jaguaribe pertencente a Vasco Fernandes, localizado na área da Sesmaria Jaguaribe.

Por sua relevância histórica e conservação de elementos naturais, a antiga Sesmaria tornou-se alvo de investigação científica por meio do Programa Jaguaribe, onde alguns projetos foram realizados, como:

- ❑ o levantamento de sítios arqueológicos na área;
- ❑ a escavação da fazenda do século XVII dos beneditinos;
- ❑ a escavação da casa de Fernandes Vieira em Maranguape e, entre outros,
- ❑ o início das escavações do Engenho Jaguaribe, onde na primeira fase de pesquisa foi delimitada a sua capela.

Este relatório apresenta os resultados do projeto **Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe do Litoral Norte de Pernambuco** (nº 1182/2016) que teve por objetivo geral resgatar a história do Engenho Jaguaribe localizado no município de Abreu e Lima, no litoral norte do estado de Pernambuco e oferecer acessibilidade através da pesquisa arqueológica. Procurou-se ainda 1) identificar e delimitar as estruturas da Casa Grande, 2) Complementar as informações sobre a capela do engenho; 3) Identificar as técnicas construtivas; 4) Sensibilizar a comunidade sobre o patrimônio arqueológico na região da Sesmaria Jaguaribe através da apresentação pública do Relatório Técnico para Professores e alunos e na internet através do blog; 5) Desenvolver e aplicar um modelo para acessibilidade a pesquisa arqueológica (para pessoas portadoras de deficiência-visual); e 6) Sensibilizar professores e alunos do ensino fundamental e secundário desta região por meio de Educação Patrimonial através de palestras e oficinas.

Dessa forma foi dada a continuidade as pesquisas arqueológicas que vêm sendo desenvolvidas no litoral norte do Estado e Pernambuco desde o início do ano de 2001, onde já foram registras áreas com presença de material indígena, áreas de produção de açúcar (os engenhos), produção de cal (fornos), estruturas relacionadas a casa de farinha, e as ruínas da Fazenda São Bento (casa dos monges, capela e senzala) do século XVII. (OLIVEIRA, 2005).

A pesquisa no engenho Jaguaribe procura, portanto, reconstituir o partido arquitetônico do engenho (resgate da configuração arquitetônica inicial dos primeiros engenhos implantados na Capitania de Pernambuco), sua história e, a partir dos resultados, transformar o sítio como um exemplo de acessibilidade arqueológica. Além de possui sua relevância histórica para promover a preservação da memória do local, apresenta a possibilidade de torna-se um ponto turístico e um exemplo de como a arqueologia pode contribuir para ultrapassar os preconceitos, tornando-se um instrumento para a inclusão social. Por outro lado, este estudo permite identificar e promover o desenvolvimento do turismo no litoral norte do Estado.

A seguir apresenta-se a pesquisa histórica, imagética, a pesquisa arqueológica, os meios de divulgação e as ações de Educação Patrimonial realizadas na região através de oficinas, exposição e palestras para professores, alunos do ensino fundamental e secundário, além do público geral.

II - PESQUISA HISTÓRICA E IMAGÉTICA / Luiz S. da Silva Jr

A história dos engenhos encontra-se ligada diretamente à conquista portuguesa e apresenta, no litoral norte de Pernambuco, no caso do engenho Jaguaribe, estreita relação com a história da antiga Sesmaria Jaguaribe. Essa área da sesmaria pertence hoje aos municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, sendo o primeiro ponto de colonização de Pernambuco.

Como parte das pesquisas desenvolvido na área da Sesmaria Jaguaribe há mais de dez anos, o projeto **Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe do Litoral Norte de Pernambuco** procura-se reconstituir a história dos engenhos, analisar o processo de interação social entre os colonizadores e os grupos indígenas, estabelecer o traçado arquitetônico e identificar as suas técnicas construtivas.

A correlação entre dados históricos e dados arqueológicos é uma estratégia que dinamiza as interpretações dos vestígios materiais da cultura e suas narrativas. Sobre muitos aspectos, o uso do dado histórico contribui com valorações sobre o comportamento humano relacionado a cultura material, tais como: as motivações para intervenções na paisagem, toponímia dos lugares, cronologias, contatos/trocas étnicas, aspectos administrativos, consumo e descarte de objetos, entre outros. Desta forma, os processos de formação dos depósitos arqueológicos podem ser valorados além das tipologias e conotações.

Essa breve análise histórica, tem como objetivo reforçar os contextos arqueológicos das escavações realizadas nas ruínas do Engenho Jaguaribe nos anos de 2016 e 2017. Para tanto, foram utilizadas como base principal oito fontes documentais impressas relativas à História do Engenho Jaguaribe, a saber:

- 1) **Carta de Doação de Sesmaria**, de 1540, que foi anotada no Livro dos Registros da Fazenda do Rei no ano de 1550 (conforme a versão do Livro do Tombo do IAHGP, 1940);
- 2) O **Livro do Tombo de Convento de São Bento de Olinda** (versão IAHGP, 1940), que é relativo aos 65 prelados dos anos de 1594-1763;
- 3) O livro **“Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763”** (apresenta a análise crítica do documento anterior, realizada pelo Abade Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação (IAHGP, 1940);
- 4) O Livro **‘Viagens ao Nordeste do Brasil’** (ABC Editora, 2003) que é o **diário de Henry Koster** no qual em seus capítulos XI, XII e XIII, narra importantes aspectos sociais do engenho no começo do século XIX; e,
- 5) O artigo, **Engenhos que Caem Casas que se Erguem** que aborda as memórias relativas as ocupações recentes e da segunda metade do século XX (CARDOSO, AMARAL & OLIVEIRA, 2017);

- 6) NUNES, Edson de Araújo; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. Técnicas Construtivas dos Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe.
- 7) MAGNAVITA, Carlos; SILVA Jr, Luiz Severino da; MUTZENBERG, Demétrio; TAVARES, Bruno; OLIVEIRA, Cláudia. **Geofísica aplicada à arqueologia histórica: um breve estudo de caso no Engenho Inhamã, Igarassu, Pernambuco, Brasil.** EBOOK
- 8) O artigo, **O Engenho Jaguaribe: Primeiros resultados da Pesquisa Arqueológica** que aborda os primeiros resultados das pesquisas no Engenho Jaguaribe (OLIVEIRA, LARA & SEVERINO, 2017).

Outras fontes também utilizadas foram os Anais Pernambucanos (Pereira da Costa, 1983), importante fonte palimpsesta, e, alguns mapas e relatos dos primeiros viajantes. A pesquisa buscou sempre textos que citavam o nome do engenho e de seu rio homônimo. Assim, de maneira transversal, pode-se acessar a história do Engenho Jaguaribe através dos temas da História do litoral norte de Pernambuco.

Os dados transversais foram relativos a História de Igarassu, de Itamaracá, da Sesmaria Jaguaribe, a história dos engenhos, a História Indígena, a História da Irmandade do Rosário dos Pretos e da História da Ordem Beneditina.

Figura 01: Área do Engenho Jaguaribe.



Fonte: Beneditinos em Olinda – 400 anos (BARDI et al, 1986)

O primeiro documento analisado foi a **Carta de Doação de Sesmaria** de 1540. Essa fonte é exaustivamente repetida em vários impressos e livros. Porém, deve-se atentar para as sutilezas das distintas redações do texto desta carta, como ocorre no **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda**, na **Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda** e nos **Anais Pernambucanos**. No próprio Livro do Tombo, temos duas versões com leves

variações textuais sobre a Carta de Doação das terras da Sesmaria Jaguaribe. Essas variações são decorrentes dos sucessivos pedidos de trasladação de posse, de confirmação de compra de terrenos da sesmaria, ou mesmo, de confirmação da propriedade das terras pela Ordem Beneditina. Assim, trata-se de dados rígidos, administrativos, com descrições sumárias de petições, com conteúdo do tipo: limites, nome dos ocupantes, valores de compra e venda de parcelas de lotes, cartas de doações, e, doações por inventários de bens de falecidos. Isso demonstra como ao longo dos séculos as terras da sesmaria foram sendo desmembradas. Porém, essa dinâmica, torna-se importante devido aos topônimos relativos a área em pesquisa. Esses nomes de época refletem muitos dos nomes atuais, que paulatinamente vêm sendo mudados. Assim, a toponímia é importante, não só pelo fato de efetivar ligações com as áreas atuais, mas, também possibilita indicar outras fontes correlatas e transversais a área do Engenho Jaguaribe. Além disto, o livro do tomo é a única fonte que possui um mapa específico da área do engenho e do seu entorno (Fig. 01).

O **diário de Henry Koster** proporciona uma narrativa mais romântica, pautada na visão cotidiana de um inglês diante dos comportamentos locais. Em seu diário, três capítulos são dedicados à sua permeância no Engenho Jaguaribe. Um dos trechos interessantes do diário é a forma como o autor se detém nas edificações do engenho, que não se encontravam em bom estado de conservação e com obras em andamento. No entanto, o autor reforça a importância econômica das plantações de cana. Seus relatos são cruciais para se entender as relações sociais em um engenho de baixa produtividade e que nunca alcançou o esplendor dos grandes engenhos senhoriais do século XVIII e XIX. Portanto, é uma narrativa referente ao modelo dos pequenos engenhos, ou seja, dos senhores sem grandes poderes políticos e influências. Um engenho onde a mestiçagem étnica levou as diferentes especificidades da cultura popular e das formas de resistência e poderes dos grupos afrodescendentes livres. Pois, mostra como, no século XIX, uma irmandade de negros livres administrava e impunha seu poder na região. Além, disto, o diário de Koster, possivelmente, é o último documento a narrar à fase final da produção de açúcar no Engenho Jaguaribe.

A quarta fonte documental, é o artigo, **Engenhos que Caem Casas que se Erguem** (CARDOSO, AMARAL & OLIVEIRA, 2017) distinta das demais, ela é relativa a História Oral, ou seja, buscou acessar as memórias de meados do século XX aos dias atuais. Pautado em uma metodologia focada na memória individual e suas representações, o artigo, buscou legar uma multivocalidade as narrativas do lugar. Assim, as entrevistas realizadas com um dos moradores da antiga casa-grande do Engenho Jaguaribe, o Sr. Antônio Maurício da Costa, revela parte da dinâmica das terras do engenho nos últimos 60 anos. Dando ênfase as representações relativas aos comportamentos e as mudanças na paisagem. Dessa forma, contextualizaram aspectos das mudanças nas práticas econômicas da antiga área rural, que deixou de ter foco na agroindústria para se voltar as atividades agrícolas de plantio de frutas e legumes. Revelando ainda, como o surgimento de loteamentos passou

a ser implantado na área do antigo Engenho Jaguaribe. Hoje, os loteamentos são um dos principais agentes da mudança da paisagem, pois, encontra-se na abrangência da expansão urbana do município de Abreu e Lima (criado em 1984). Desta forma, percebe-se como a especulação imobiliária tornou-se um forte agente danoso ao patrimônio arqueológico remanescente, havendo assim, a necessidade de um planejamento e fiscalização para que a área dos remanescentes do Engenho Jaguaribe possa ser ocupada sem grandes danos aos bens arqueológicos.

Os outros artigos Técnicas Construtivas dos Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe (NUNES, Edson de Araújo; OLIVEIRA, Cláudia Alves de), Geofísica aplicada à arqueologia histórica: um breve estudo de caso no Engenho Inhamã, Igarassu, Pernambuco, Brasil (MAGNAVITA, Carlos; SILVA Jr, Luiz Severino da; MUTZENBERG, Demétrio; TAVARES, Bruno; OLIVEIRA, Cláudia, 2016) e, O Engenho Jaguaribe: Primeiros resultados da Pesquisa Arqueológica (OLIVEIRA, LARA & SEVERINO, 2017) são fruto das pesquisas desenvolvidas por nossa equipe nesta região.

2.1 A Paisagem e sua Ocupação

A área onde se encontra as ruínas do Engenho Jaguaribe, já pertenceu a três diferentes divisões políticas: a comarca de Igarassu, depois ao município do Paulista (criado em 1935) e por fim, ao atual município de Abreu e Lima (criado em 1983 e instalado em 1984).

No século XVI, esse trecho do litoral norte de Pernambuco, efetivamente foi o início da colônia de ocupação da Capitania de Pernambuco. Verifica-se que até o ano de 1535, a principal atividade econômica era a extração do pau-Brasil, que ocorria entre a Ilha de Itamaracá e as terras lindeiras a Feitoria de Cristóvão Jaques (1516) e o Sítio dos Marcos¹. Em paralelo a esse tipo de exploração econômica, foi estabelecido o sistema de Capitânicas Hereditárias, que em Pernambuco, inicia-se com a chegada do Donatário Duarte Coelho Pereira, no ano de 1535. Com ele, as terras da conquista passam a ser formalmente divididas entre colonos, objetivando-se incentivar a permanência e exploração agrícola. Em seu Foral, o Capitão-donatário tinha a prerrogativa de distribuir lotes de terras, tais como as pequenas **datas de terras** (em média 22 por 44 m) ou **sesmaria** (com dimensões de uma légua quadrada, ou, 6.600 m²). A doação de terra era um dos principais atrativos para satisfazer os colonos e efetivar os anseios da fixação conforme os termos pretendidos pelo reino de Portugal nesse período.

Assim, no dia 9 de março de 1535, acompanhado de sua comitiva, composta de familiares, parentes e amigos, Duarte Coelho, chega pela barra sul do canal de Itamaracá,

¹ Sobre essa feitoria ver ALBUQUERQUE, Marcos. Contato euro-indígena no Nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1984 (Dissertação de Mestrado).

no rio Santa Cruz, desembarcando na área da feitoria² régia criada por Cristóvão Jacques em 1516, e toma posse de sua Capitania, iniciando o processo das instalações dos primeiros engenhos em Pernambuco. Essa área ficaria situada entre os limites das Capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, onde teria sido implantado o marco de limites entre as duas possessões, conhecido por Sítio dos Marcos, em Igarassu.

No primeiro momento de contato, as “alianças” com os nativos foi uma estratégia utilizada para explorar e conhecer o litoral. Essa mesma estratégia foi utilizada por corsários franceses. Portanto, nos primeiros anos de contato, o apoio de um determinado grupo de nativos era fundamental para os europeus. Conforme Shwartz (1988 p. 33),

“As relações com os nativos da região foram facilitadas por uma série de uniões entre índias e colonos, entre os quais estava Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Tais laços pessoais mostraram-se valiosíssimos mais tarde, quando os portugueses precisam repelir a resistência organizada dos indígenas. Duarte Coelho trabalhou ativamente em defesa de seus interesses de proprietário, atentando em especial para os alicerces econômicos de seus domínios.”

Nesse sistema de alianças e de guerrilhas, **Vasco Fernandes de Lucena** foi peça fundamental, uma vez que já se encontrava na capitânia antes mesmo da chegada de Duarte Coelho Pereira. Assim, no período do domínio da Feitoria de Cristóvão Jaques (1522), e dos feitores³ em que o sucederam na Capitânia de Itamaracá, atuava Vasco Fernandes como interprete da língua nativa, pois havia se amasiado com uma filha de “um gentio principal” (SALVADOR, Frei Vicente, 1918). Esses feitores, não eram agentes do rei de Portugal e suas estratégias de contato e exploração da terra foi uma experiência utilizada no estabelecimento do regime das capitânias (MARCHANT, Alexander, 1980, p. 7). Sabe-se que Vasco Fernandes ajudou Duarte Coelho durante o cerco a Vila de Olinda pelos gentios, e que sua esposa nativa e seus filhos, ajudaram a Vila de Olinda com o fornecimento de mantimentos. Portanto, o reconhecimento de Vasco Fernandes junto aos nativos, trouxe vantagens no contato com os nativos. E mais tarde, no combater os franceses (IDEM). Assim, as alianças promoveram guerras entre os grupos nativos e permitiram a ocupação do litoral até o a área do Cabo de Santo Agostinho, onde foi fundada a vila de Nazaré.

Com a expulsão dos Caetés e o combate aos franceses, pôde o donatário garantir uma relativa segurança para os colonos e seus empreendimentos (FREI SAVADOR, fac-símile 1918). Assim, as vilas de Igarassu (1535) e Olinda (1537), puderam prosperar e a repartição de terras, por Carta de Doação, tornou-se um instrumento legal que garantia a implantação dos engenhos e demais atividade exploratórias da colônia. Por seus serviços,

² FEITORIA que a princípio serviam como armazéns para se estocar e embarcar o pau-brasil e que transformou com o tempo em postos comerciais.

³ Na ilha de Itamaracá, além do Cristóvão Jaques no ano de 1522, Frei Vicente registra a presença de dois outros feitores, um que teria sido descrito por Sebastian Cabot em 1526, e, um terceiro na chegada de Duarte Coelho no ano de 1532.

Vasco Fernandes de Lucena foi agraciado com uma sesmaria ao longo do Rio Jaguaribe⁴, onde fundou seu engenho. A implantação dos engenhos deu-se em paralelo a extração do pau-brasil, que gerava rendas para financiar parte da implantação dos primitivos engenhos. Assim, através da exploração do pau-brasil, das isenções reais e do sistema doação de terras, a capitânia chega ao ano de 1584 com 66 engenhos instalados, e, até o momento da invasão holandesa, no ano de 1630, atingiria um total de 144 engenhos (ANDRADE, 1989, p. 10).

Para melhor compreender o contexto dessa área produtora açucareira, deve-se entender que a doação de uma sesmaria colonial, implicava na obrigatoriedade de mantê-la produtiva e que sua venda a terceiros era proibida. Assim, um primeiro aspecto que se deve pontuar é o fato de que, no século XVI, a doação de terras na implantação do sistema das capitanias hereditárias buscava a fixação do colono nas terras. A competência de mudança de propriedade por venda, só seria admitida com a obtenção de uma licença formal do rei de Portugal. Assim, no caso da Sesmaria Jaguaribe, a família dos Lucenas, deveria ser a eterna proprietária das terras, desde que a mantivessem a produtiva (SALVADOR, Frei Vicente, 1918, p. 28). Porém, no século XVII, com a invasão holandesa, as terras foram confiscadas e depois leiloadas. E no período da pós-invasão, quando ocorreu a reestruturação da colônia portuguesa do Brasil, as terras foram mais uma vez resgatadas por familiares de direito, mas, que preferiram a venda ou a doação.

Para compreender as peculiaridades do processo de evolução dos engenhos ao longo de mais de quatrocentos anos, torna-se importante entender as transformações pelas quais passaram os engenhos. É certo que os engenhos do século XVI não possuem os mesmos formatos e dimensões dos engenhos do começo do século XIX. Esses diferem enormemente das usinas e destilarias dos séculos XIX e XX.

Assim, nessa pesquisa, cabe tentar entender o perfil dos primeiros engenhos, aqui usaremos a acepção 'primitivo' para caracterizar os elementos materiais e tecnológicos dos engenhos erguidos nos primeiros noventa anos da colônia.

⁴ A primeira das sesmarias doadas por Duarte Coelho foi em 24 de julho de 1540, ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real, o qual fazia parte de sua comitiva. Fernandes havia sido declarado feitor e almoxarife de Pernambuco em 22 de abril de 1534 (Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Nota 27, pg. 108-110. e tinha o direito com seu cargo, de captar para si dois por cento de toda renda e direitos arrecadados para a coroa. Ele foi um dos principais colonos no início da ocupação europeia, e recebeu um dos primeiros e melhores lotes de terras doados na capitania. Apenas em 1548, através da venda do pau-brasil, procura obter recursos para a construção do engenho em Jaguaribe" (Cartas de Duarte Coelho a El Rei. pg. 93). Esta sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, no Jaguaribe; cabendo a Vasco um quarto desta terra, e o restante, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e Sebastião Fernandes. Nesta terra Vasco Fernandes implantou uma fábrica de açúcar a qual denominou de Engenho Jaguaribe. Esta sesmaria é a única encontrada lavrada pelo donatário Duarte Coelho e no livro do tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (Livro do Tombo do Mosteiro de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948, P.287.).

A partir dos dados históricos (ver as classificações propostas por Peter Eisenberg, 1977; Manoel Correia de Andrade, 1989, 1998; e Geraldo Gomes, 1977) apresenta-se abaixo um quadro cronológico das distintas fases tecnológicas pelas quais teriam passados os engenhos.

Tabela 01: Fases de alterações tecnológicas dos engenhos

Fase 1.1 Engenhos primitivos (1535-1584)	Limitados ao Litoral Norte até a Vila de Olinda. Uso de tração manual e animal	Limites entre 6 a 8 km do litoral
Fase 1.2 Engenhos da Expansão (1584-1700) Força motriz de animais com uso das Almanjarras (parelhas)	Ocupação das várzeas litorâneas norte (no entorno da Vila de Goiana), e, da Várzea do Capibaribe (no entorno da Vila de Olinda/Recife) e do litoral sul, onde foram fundadas as vilas de Nazaré (1593), Vila de Ipojuca.	Limites até 40 km do litoral. Como exemplo, temos a área do atual município de Paudalho.
Fase 1.3 Grandes Engenhos oitocentistas (1700-1850) Força motriz com roda d'água	Construção das grandes propriedades, pautadas no uso da Roda d'água e aquedutos	Limites até 40 km do litoral
Fase3 Engenhos Centrais e Usinas (1850-1880) Tentativa de uso da força da máquina a vapor	Engenhos Centrais e estradas de ferro	Limites até 120 km, atingindo a Zona Agreste
Fase4 Usinas (1870 aos dias atuais) uso da força da máquina a vapor	Decadência dos pequenos engenhos bangues e surgimento dos plantadores e cana, vinda de capitais estrangeiros e uso da máquina a vapor como força motriz	
Fase5 Usinas e Destilarias (1850 aos dias atuais)	Usinas destilarias de Álcool, tendo o açúcar como segundo produto.	

Verifica-se, portanto, que os engenhos passaram por modificações tecnológicas e econômicas que recaíram sobre a indústria do açúcar. Nos primeiros noventa anos (1540-1630) os engenhos passaram por dois distintos momentos, e nos três séculos seguintes por mais duas fases de transformações.

A fase dos “Engenhos Primitivos” pode ser caracterizada pela instalação de pequenas propriedades, que se limitava a um trecho de no máximo seis quilômetros da costa e com edificações erguidas em pedra, taipa ou alvenaria mista. Esses engenhos estavam situados entre as cidades de Igarassu, Olinda até a Vila de Nazaré (na atual cidade do Cabo de Santo Agostinho). Um fato descrito na documentação é a forma clara como as ‘tarefas de terras’ (a dimensão da terra lavrada) foram nominalmente descritas, em relação ao seu tamanho e aos nomes dos agricultores portugueses (COSTA, Pereira da, 1983). O que denota a limitação da mão de obra, que seria planejada pela exploração da

mão de obra indígena e depois africana, que passariam a ser trazidos em massa a partir do ano de 1570 (MARCHANT, Alexander, 1980).

Na gravura publicada na segunda metade do século XVII (Figura 02) observa-se conjunto das atividades do mundo do açúcar - desde o plantio até a purga - bem como diferentes tipos de engenho - o movido a bois e a água Simon de Vries, *Curieuse aenmerckingen der bysonderste Oost en West-Indische verwonderens-waerdige dingen.* . (Utrecht, 1682).

Figura 02: Processo do açúcar.



Fonte: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>

A continuidade das pesquisas arqueológicas no Engenho Jaguaribe procura identificar ainda as distintas fases de transformação do processo produtivo do açúcar. Verifica-se que no litoral norte do atual Estado de Pernambuco o “ápice” da indústria açucareira se daria no século XIX, quando a ex-capitânia, já província do Império do Brasil, contaria com mais de 3.500 unidades produtivas. No entanto, com o advento da tecnologia do vapor, o surgimento das usinas e engenhos centrais, os modelos de engenhos coloniais entrariam em colapso. Com os trilhos, as caldeiras e a concorrência de outras áreas produtoras, os velhos engenhos seriam transformados em propriedades de plantio, com a produção eventual de cachaça ou rapadura, e por isso seriam chamados ‘engenhos de fogo morto’ (ANDRADE, 1989, p. 10). Desta forma, acredita-se que o abandono do Engenho Inhamã e do Engenho Jaguaribe denotam que suas ruínas são exemplares das três fases (Tabela 01) e das alterações tecnológicas do século XVIII e começo do XIX, quando as peças de ferros passaram a substituir as engrenagens de madeira e sola. E as caldeiras e moedas tomaram dimensões maiores em relação aos séculos XVI e XVII.

2.2 Os termos e suas origens

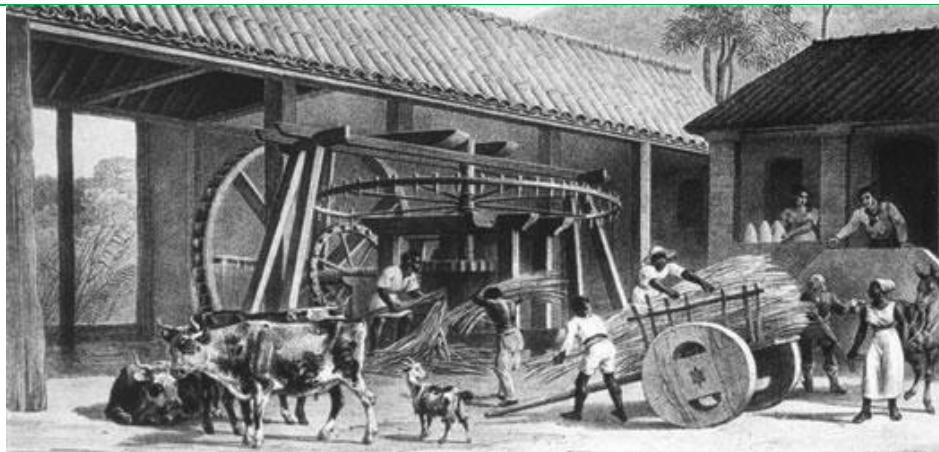
Os termos engenho, engenhoca, ‘casa do engenho’, moita, fábrica do açúcar, são todos sinônimos para designar o engenho de açúcar. No século XVIII, o termo engenho, era o termo genérico para designar todo um conjunto de edificações para a produção do açúcar. Apesar de ser formada por diversas edificações é a “fábrica do açúcar” o prédio central, sendo o termo MOITA, uma palavra que se perpetuou até o século XX sem sofrer mudanças em sua acepção linguística.

A cana-de-açúcar é plantada em diversas capitanias e, no decorrer desse período, foram introduzidos diferentes tipos de modalidades de engenhos do tipo colonial, destacando-se os chamados “trapiche”, que são movidos por animais, tocados por bois (Figura 03), mais raramente, por cavalos e os engenhos de água (Figura 04).

Cada engenho era considerado ao mesmo tempo uma fábrica e uma fazenda, e necessitava de grande força de trabalho agrícola para o plantio e a colheita da cana, além de outros artesões com ferreiros, carpinteiros, pedreiros especializados e técnicos.

Os engenhos movidos comumente por energia hidráulica, movidos por rodas d'água (*engenho real*), estavam situados à beira-mar ou às margens dos rios, como é o caso do engenho Jaguaribe. Novas tecnologias para a construção de engenhos baseado num sistema de três rolos verticais foram introduzidos ou desenvolvidos no Brasil entre 1608 e 1612.

Figura 03: Engenho de açúcar do tipo trapiche.

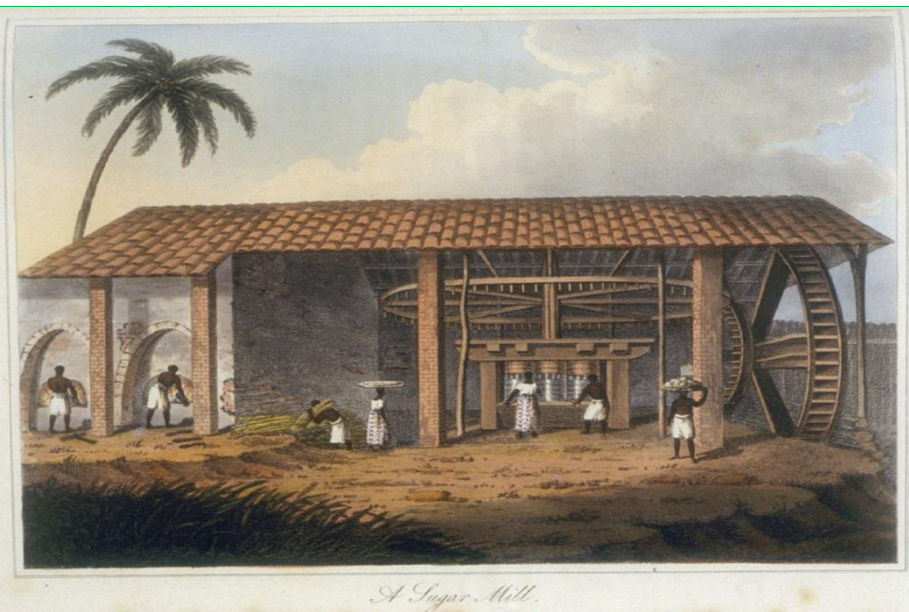


Fonte: Revistatopoi⁵.

⁵Fonte: MOURA, Denise Aparecida Soares de. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. (Acessado em 03 de junho de 2015).

As variações dos termos, portanto, também indicam as mudanças tecnológicas e produtivas ao longo dos séculos. Seja pela mudança de maquinários, seja pela capacidade de produzir ou pela decadência econômica. Por isso, em fins do século XIX, um termo que se consolidou foi o termo banguê. O interessante desse nome é que, oficialmente, o verbete tem como registro mais antigo o ano de 1889. Entender o anacronismo no uso do termo é muito revelador. Para tanto, se desprezarmos a ortofonia do “gü”, temos o nome banguê, que passa a ter uma outra acepção, ou seja, faz referência a: *ruído estrepitoso, repentino e de breve duração; estrondo, estouro, fragor; imita o som de uma pancada, disparo* (Houaiss, 2009). Esse termo faz alusão ao som da roda d’água ou mesmo da roda por tração animal. Assim, a bolandeira quinhentista (a roda dentada de madeira, que é a engrenagem conectada aos cilindros que esmagam a cana) já no século XVII, passa a ter na força motriz hidráulica uma alternativa. E o som de seu uso indica o termo banguê.

Figura 041: Engenho d’Água.



Fonte: Fonte: people.ufpr⁶

Esse tipo de força motriz perpetuou-se até a segunda metade do século XIX, mas não eliminou a tração animal. Na segunda metade do século XIX, o termo banguê, passou a ser utilizado como sinônimo de engenho decadente e de baixa produtividade, uma vez que o novo sistema de organização e tecnologias dos Engenhos Centrais e Usinas passaram a ser o padrão para uma alta produtividade.

⁶Fonte: Disponível em: < <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>>. Acessado em 28 de julho de 2015.

Cada engenho era considerado ao mesmo tempo uma fábrica e uma fazenda, e necessitava de grande força de trabalho agrícola para o plantio e a colheita da cana, além de outros artesões com ferreiros, carpinteiros, pedreiros especializados e técnicos.

Os engenhos movidos comumente por energia hidráulica, movidos por rodas d'água (*engenho real*), estavam situados à beira-mar ou às margens dos rios, como é o caso do engenho Jaguaribe. Novas tecnologias para a construção de engenhos baseado num sistema de três rolos verticais foram introduzidos ou desenvolvidos no Brasil entre 1608 e 1612.

O desenvolvimento da cultura e produção de açúcar transpassado do Brasil para a América Central, após a expulsão dos holandeses do Nordeste, casou um impacto na região, provocando uma melhoria nas técnicas e na qualidade do produto açucareira. Em 1871, com a mudança gradual na agroindústria açucareira em Pernambuco e com decadência dos antigos engenhos banguês⁷, houve a substituição destes pelos engenhos centrais e usinas.

O processo de extinção dos engenhos banguês e a sua substituição por usinas e engenhos centrais, iniciado no último quarto do século XIX, foi lento a princípio. Posteriormente, houve uma aceleração nesse processo e, em 1914 estava em funcionamento cerca de 56 usinas. Os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas após a proclamação da República (ANDRADE, 2001, p. 273).

A primeira usina implantada em Pernambuco foi a de São Francisco da Várzea, cuja primeira moagem aconteceu em 1875. Pernambuco já chegou a ter mais de 100 usinas. Hoje em dia, no entanto, existem apenas cerca de trinta e oito, algumas, inclusive, encontram-se paralisadas ou desativadas⁸.

2.3 O Engenho Jaguaribe

O Engenho Jaguaribe seria, de acordo, com Costa Porto (1965) seria um dos cinco primeiros engenhos construídos em Pernambuco. Outras fontes, no entanto, indicam que teria sido o engenho Inhaman pertencente também a família de Vasco Fernandes de Lucena. Segundo Schawart (1988), em 1534, foi erigido o primeiro engenho de açúcar em Pernambuco, o engenho de Nossa Senhora da Ajuda, pertencente a Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho, e os judeus teriam sido responsáveis por sua construção, que fugidos de perseguição religiosa se estabeleceram na colônia e nas ilhas de São Tomé e Madeira. Esse fato encontra-se registrado também na carta de

⁷ Produtores de um açúcar de cor escura, mascavo.

⁸ Fonte: <<http://usinasdepernambuco.blogspot.com.br/>>. Acessado em 03 de junho de 2015.

Duarte Coelho, escrita em novembro de 1550, informando ao Rei de Portugal a situação da capitania, quando se refere a cinco engenhos já funcionando em Pernambuco⁹:

O **engenho Salvador** de Duarte Coelho, fundado em 1542, construído em local ignorado, mas no Beberibe;

O **engenho Velho**, chamado também de Beberibe, fundado pelo cunhado do capitão donatário, Jerônimo de Albuquerque, de invocação de N. Senhora da Ajuda. Teria funcionado por pouco tempo, trocando-se a cultura da cana pela exploração de cal, onde hoje está instalada a “Fosforita Olinda”;

O **engenho de Igarassu**, onde foi fundada a primeira vila de Pernambuco, de Afonso Gonçalves;

O **engenho Camaragibe**, que já estava erguido antes de 1549, por um grupo associado a Diogo Fernandes¹⁰;

O **engenho Inhaman**, fundado por Vasco Fernandes Lucena¹¹.

Conta à história que em 1553 ocorreu uma onda de ataques dos indígenas que destruiu completamente os engenhos de Igarassu e Camaragibe, e havia danificado bastante o engenho Inhaman¹². Somente depois que os indígenas teriam sido extintos da costa, é que foram-se espalhando os engenhos, registrando Cardim, em 1584, a existência de 66 unidades.

Segundo Costa Porto (1965:66-67), a capela do Engenho Jaguaribe foi erguida com a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe (registrada no mapa de Pieter Mortier, 1700)¹³ e mais tarde, passou para a invocação de Santo Antônio, como teria informado o viajante inglês Henry Koster (2002) no começo do século XIX (OLIVEIRA, LARA, SEVERINO JR, 2017).

2.4 Pesquisa Imagética sobre os modelos Casas de antigos Engenhos

Como a casa grande do engenho Jaguaribe constitui um dos objetos centrais desta fase de pesquisa é premente a realização de um levantamento histórico sobre os modelos construtivos das habitações do período colonial.

⁹ IDEM, nota 56, pg. 114.

¹⁰ Segundo Costa Porto teria sido o Engenho Santiago, de Olinda, de Diogo Fernandes, marido da famosa Branca Dias e que, como o de Igarassu, foi destruído na luta com o indígena, de 1553.

¹¹ Conforme a carta de Jerônimo, de 28 de agosto de 1555 o quinto engenho construído seria o de Jaguaribe,

¹² IDEM, nota 56, pg. 114.

¹³ Pieter Mortier (1661-1711). Praefecturae Paranambucae pars borealis, una cum praefectura de Itamaracã. Cerca de 1700.

É importante ressaltar que são raras as informações sobre a arquitetura, nos primeiros anos da colonização, inclusive no que se refere à arquitetura doméstica. Entretanto, sabe-se que e havia uma larga utilização da madeira e do barro, elementos que, com o passar dos anos deixam vestígios menos evidentes (SMITH, 1969:27).

De um modo geral, observamos que as primeiras construções têm como foco principal fornecer proteção contra os perigos externos, sejam eles os fenômenos naturais ou o ataque de inimigos. Deste modo, a ameaça dos ataques indígenas motivou a construção de fortes e fortins, fomentando o aparecimento das casas-fortes, cujos exemplares mais significativos são a da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, no litoral norte da Bahia, e as casas bandeirantes em São Paulo (Figura 05). Este tipo de construção foi concebido o intuito defensivo, sendo também recorrente em alguns engenhos (HUE, 1999).

Segundo Hue (1999), a partir da segunda metade do século XVI a arquitetura brasileira começa a ser influenciada diretamente pela arquitetura portuguesa. Assim, as casas construídas na colônia tendiam a reproduzir os padrões habitacionais da metrópole, sendo comuns tanto casas de telhados com pequenos beirais e a alvenaria de tijolo (influência do sul de Portugal), quanto casas com beirais generosos e telhado de quatro águas, coberto com telha tipo canal (influência do norte de Portugal). Dentre as múltiplas técnicas construtivas conhecidas temos a utilização da alvenaria de pedra, tijolo cozido, taipa de pilão e taipa de pau a pique.

Figura 05: Engenho de Açúcar, 1652



Fonte: <https://people.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>

Verifica-se que a escassez de mão-de-obra qualificada e a abundância de madeira teriam sido fatores pertinentes ao começo da colonização; a utilização da taipa como sistema construtivo foi o que mais marcou as construções coloniais registradas pelos artistas holandeses e alguns desses exemplos podem ser observados nas figuras 06 a 17.

Referências sobre as construções em taipa podem ser encontradas nos documentos portugueses do século XVI e em documentos holandeses do século XVII, além de constarem também em relatos de viajantes no século XIX. As notícias do uso da taipa são imprecisas, no que concerne à sua discriminação, podendo ser taipa de pau-a-pique ou taipa de pilão. A taipa de pau-a-pique foi o sistema construtivo mais utilizado nas casas grandes e nas senzalas do período colonial e imperial. A taipa de pilão não seria indicada para a construção de fábrica, devido aos vãos que este edifício requeria, mesmo assim era utilizada (GOMES, 1998:27).

O sistema construtivo da taipa de pau-a-pique, um dos mais utilizados durante a época colonial, é formado por uma estrutura de treliça de madeira, composta por peças verticais e horizontais unidas com cipó. O barro é beneficiado com outros materiais, que aumentam o endurecimento e evitam rachaduras, como: capim ou crina de animal, cal ou areia, às vezes utiliza-se cascalho e até estrume, sendo o barro misturado arremessado na estrutura de madeira, na qual adere (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

Da taipa de pau-a-pique resultam paredes leves, com 15 centímetros de espessura, em média, seu nome varia de acordo com o local; também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe, taipa de pescoção; em Portugal, é conhecida como frontal à galega (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

A taipa de pilão é executada com os mesmos materiais, mas utilizando uma técnica diferente, sua espessura varia de 30 a 150 centímetros. A terra é apiloada dentro de formas de madeira, conhecidas como taipal, que se desloca ao longo da parede e para o alto, de acordo com o que vai ficando pronto. As paredes são acrescidas com peças de madeira, que reforçam as estruturas; desta forma, a parede é formada por vários blocos de terra. A terra ideal para a taipa de pilão é a terra vermelha, livre de vestígios de matéria orgânica e com grande umidade natural (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

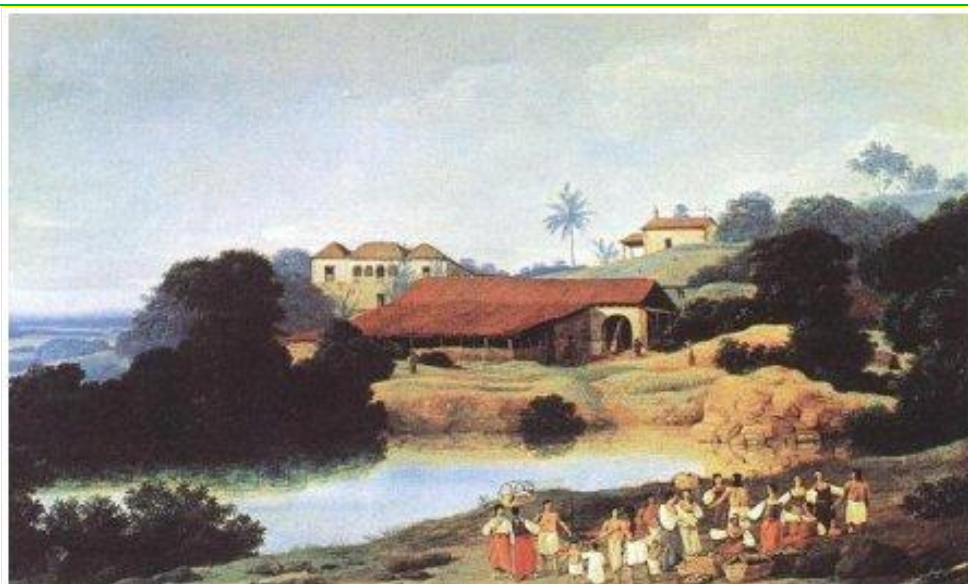
Além disso, o caráter conservador da sociedade patriarcal ibérica também influencia aos padrões arquitetônicos introduzidos no Brasil até o século XIX. Sendo comum a utilização de um modelo de casa com poucas aberturas, no qual as mulheres eram mantidas em verdadeiras clausuras, e os visitantes ou forasteiros acomodados em cômodos à parte e alcovas ligadas a uma sala central.

Os edifícios dos engenhos e das fazendas eram organizados no terreno dentro de uma lógica social e funcional. Gomes (1998:131) comenta que:

A princípio, dispostos organicamente dentro do terreno e, mais tarde, delimitados por um pátio interno de forma retangular, os edifícios foram sempre independentes entre si quanto às suas formas e aos sistemas construtivos utilizados.

Desses edifícios, a capela destacou-se pela durabilidade dos materiais utilizados na sua construção e pelo apuro estético na execução de suas fachadas e de seus ricos interiores. Os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto evidenciava pelos materiais com que eram construídos. A casa seria construída em ponto elevado, de modo a possibilitar visão do campo em seu entorno (Figuras 06 a 16)

Figura 06: Pintura de Frans Post – Área de habitação, na parte superior.



Fonte: <http://vendoerevendolenise.blogspot.com.br/2015/12/artistas-viajantes-2a.html>

Segundo Rodrigues (1945: 159 *apud Andrade 2006*), dois foram os aspectos da casa de moradia do Brasil antigo, a imutabilidade, que ocorreu em todo o território, recebendo características de cada região, e a simplicidade, bom senso e pobreza dos elementos decorativos.

Paredes lisas, vãos bem distribuídos e telhado simples; às vezes, uma varanda, quase sempre a chaminé de uma lareira, são elementos recorrentes apontados por esse autor, além da ausência de acessórios inúteis, e manutenção do equilíbrio, naturalidade e proporção. Para Smith (1969:37), as casas dos senhores de engenho no período colonial eram mal construídas, tinham pouca originalidade e se confundiam com as casas rurais de outras regiões. (ANDRADE, 2006)

Esse tipo de construção foi utilizado durante muito tempo, principalmente na zona rural, nas casas de engenho e de fazenda. As pinturas de Frans Post indicam que por volta de 1630, de modo geral, nos engenhos de Pernambuco as casas eram relativamente

pequenas, com uma planta quadrada ou retangular, telhado em quatro águas, terminado em pontas.

Figura 07: Pintura de Frans Post – Casa / observar os materiais construtivos



Fonte: Gomes, 1998.

Figura 18: Vista panorâmica de um engenho século XVII



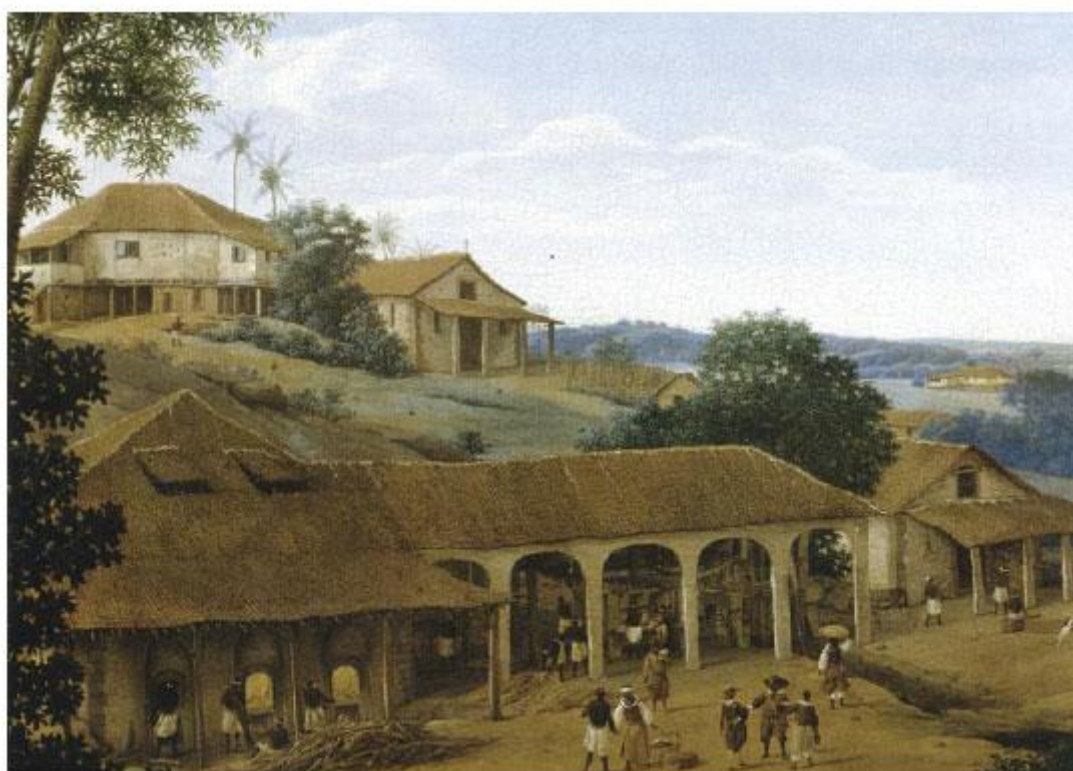
Fonte: TAIAPA HOLANDES -vista panorâmica no brasil4

Figura 09: Vista de engenho e sua casa grande, por Frans Post (1655).



Fonte: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>

Figura 10: Detalhe de engenho real (óleo 47)



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000100004

Figura 21: Engenho de Açúcar, 1661



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/1634883/>

Figura 12: A moita e a Casa Grande na parte mais alta



Frans Post – Gravura do livro “*Rerum per Octennium in Brasilia*”, 1647

Fonte: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/20699>

Figura 13: TAIAPA HOLANDES-Frans Post - Pinturas com Títulos - Pinturas do A'Uwe



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/698269117194741408/>

Figura 14: TAIAPA HOLANDES- 01_casa_grande-1024x575



Fonte: http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/para_colorir_engenho_frans_post/

Figura 153: Vila_de_Ipojuca,_1667



Fonte: Frans Post TAIAPA COMPARAR 1-de-taipa_FransPost-768x652

Figura 16: Casa Grande do Engenho “Sinimbu” em São Miguel dos Campos.



Fonte: <http://www.historiadealagoas.com.br/maceio-e-os-primeiros-anos-de-sua-historia.html>

2.5 Técnicas Construtivas

O desenvolvimento econômico, com o fomento das atividades mercantis no Nordeste e a exploração de ouro em Minas Gerais engendrou a modificação nos tipos de habitação. A partir deste momento, começou a se desenvolver uma arquitetura civil mais robusta e uma maior preocupação estética, mas sem esquecer os cuidados com a defesa e o caráter patriarcal (ANDRADE, 2006).

Conforme Gomes (1998:28), a alvenaria de pedra foi o sistema mais empregado neste período, especialmente nas capelas. Em Pernambuco, as pedras utilizadas na construção foram, em sua maioria, retiradas dos arrecifes naturais, além dos afloramentos rochosos existentes nas propriedades rurais. A madeira também foi utilizada nas cobertas, juntamente com as telhas de barro, e nos assoalhos das casas com mais de um pavimento.

Sobre as argamassas, sua composição variava, podendo ser: areia com cal, barro com cal, óleo de baleia, melaço com barro e até barro com água. A cal era um material largamente empregado na construção, pois, além de servir como aglutinante, também era usado para revestir paredes, dando acabamento (ALBENAZ; LIMA, 2003:11).

Nos relatos de Vauthier (1943:154), há referências à pouca utilização da pedra de cantaria, devido ao custo, além do ladrilho para pavimentação, que era feito com um barro de melhor qualidade e uma queima mais perfeita. As paredes internas ou divisórias eram construídas com tijolos especiais, com secção de 7 a 8 centímetros, empregando, às vezes, o tijolo de meia parede, mas raramente, no século XIX, usava-se a taipa (VAUTHIER, 1943:155).

A utilização da alvenaria de tijolo maciço em Pernambuco é registrada desde o século XVI, sendo o sistema construtivo preferido pelos senhores de engenho mais abastados; com o tijolo eles construíam suas fábricas e a casa grande (GOMES, 1998:27). Os tijolos podem ser classificados em cozidos e prensados, os tijolos cozidos eram feitos em fornos de olaria, os prensados, também conhecidos como tijolos de adobe, tinham sua composição feita com areia e, para aumentar a resistência, podiam receber: estrume e fibra vegetal ou crina. Não sendo cozido, ele era seco à sombra, depois ia para o sol.

De acordo com Rodrigues (1945:160), o tijolo primitivo tinha dimensões de 23x13x3,5 centímetros e era usado em colunas, alvenaria de terraços ou como ladrilhos. Sobre a alvenaria de tijolo, Vauthier (1943: 152,153) relata, já no século XIX:

O comum é o tijolo que geralmente não é caro e cuja mão de obra não exige grandes cuidados nem grandes habilidades, e permite dar às paredes uma espessura pequena. O tijolo utilizado nas paredes externas tem em geral grandes dimensões. Dão-lhe 44 centímetros de comprimento por 22 de

largura e de 6 a 7 centímetros de espessura. Esses tijolos são freqüentemente mal feitos; e a argila é mal desembaraçada dos cascalhos mais grossos e a queima não é de modo algum satisfatória. O barro porém é de boa qualidade que podem suportar cargas enormes e se prestam a notáveis ousadias de construção.

Este sistema construtivo também foi documentado no século XVII, pelos holandeses. As dimensões dos tijolos não seguem um padrão, os produzidos nas olarias da capitania são grandes, bem maiores que os trazidos da Holanda. Quando o Recife foi ocupado pelos holandeses havia uma necessidade urgente de construir habitações, mas ocorreram dificuldades na obtenção do produto nas olarias dos engenhos. Com isso, os holandeses importaram os tijolos de Frísia, cujas dimensões eram aproximadamente 17 x 08 x 04 centímetros (GOMES, 1998:27).

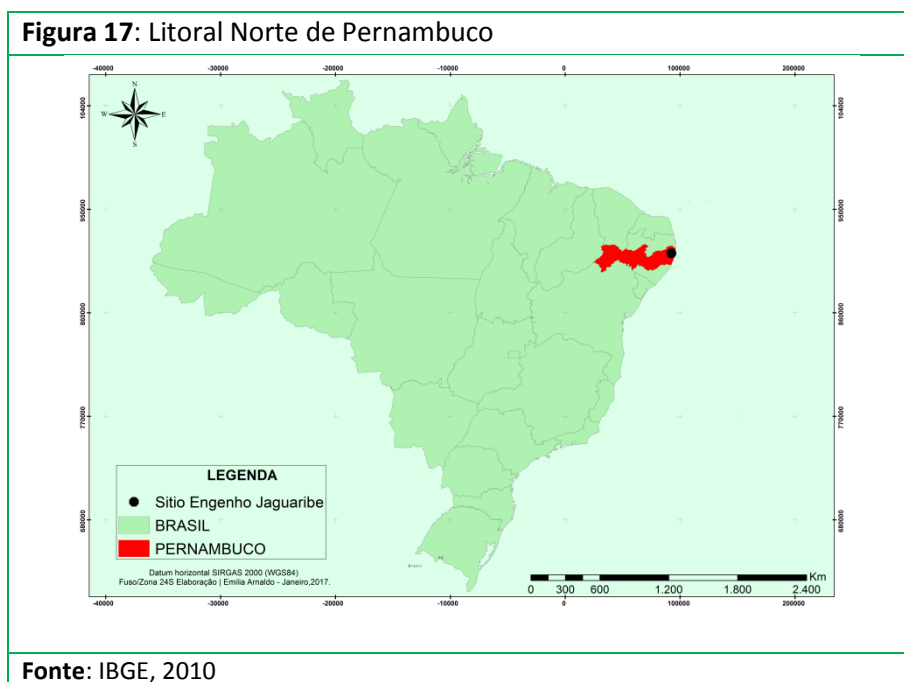
Outro tipo de sistema construtivo, com baixo custo, empregado durante o período colonial, foi o canjicado, uma espécie de concreto, que era feito com fôrmas de madeira ou pedras cujo enchimento era feito a partir do aproveitamento de materiais, podendo ter restos de uma construção adicionada a pedras e, por fim, uma mistura com areia, cal e água, como aglutinante (ANDRADE, 2006).

III - LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DO ENGENHO JAGUARIBE

O sítio arqueológico Engenho Jaguaribe está localizado na Região Metropolitana do Recife, mais precisamente no limite entre os municípios de Abreu e Lima e Paulista (Figura 17). Essa área correspondia, juntamente com o município de Igarassu, nos séculos XVI e XVII, a Sesmaria Jaguaribe de Vasco Fernandes de Lucena.

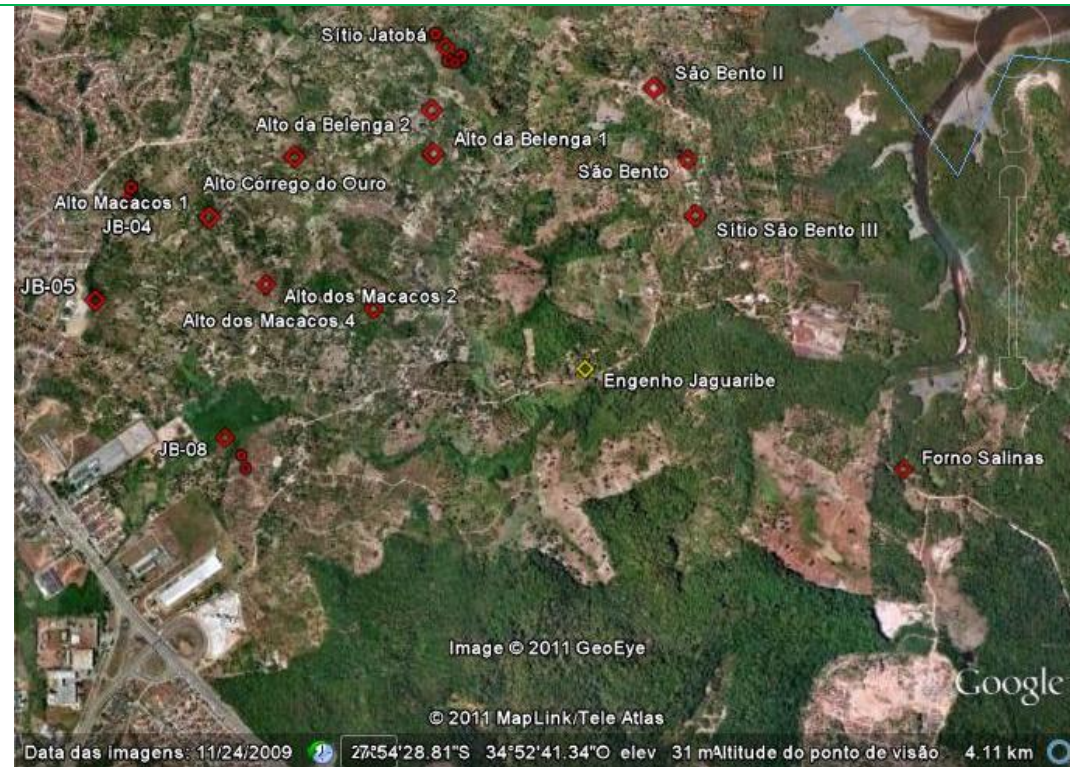
34

Ainda pode-se encontrar no seu entorno uma grande área com densa vegetação, estrada de terra e poucas construções e, as pesquisas arqueológicas, revelaram no seu entorno do engenho vestígios das antigas aldeias indígenas (Sítios São Bento II, III e IV, Alto dos Macacos I, II, III e IV, Alto da Belenga I e II, Sítio Jatobá e entre outros o Sítio Tamanduá – Figura 18) os quais já foram registrados no IPHAN.



O engenho Jaguaribe encontra-se inserido nos domínios das bacias sedimentares marginais de idade Cretácea e do Mioceno. Há presença da Formação Gramame (Cretáceo) e Formação Maria Farinha (Paleoceno), sendo estas sequencias estratigráficas compostas de calcários areno-argilosos e calcários detríticos (BARBOSA & LIMA FILHO, 2005). Os setores na paisagem estruturados por esses materiais respondem pelos modelados de relevo mais rebaixados na área, como as baixas vertentes e os fundos de vale.

Figura 18: Distribuição dos sítios no entorno do Engenho Jaguaribe



Fonte: IBGE, 2011

Nas cercanias do engenho Jaguaribe também há presença significativa dos sedimentos da Formação Barreiras de idade miocênica, os arenitos dessa unidade estratigráfica estruturam os topos colinosos e tabulares que marcam a paisagem dos setores da mata norte pernambucana, as porções mais elevadas (69 metros) apresentam espessos mantos de alteração, isso em decorrência das condições climáticas que permitem a alteração dos minerais pelo intemperismo químico.

Os rios que dissecam a paisagem na área respondem pelos modelados com presença de material de idade Quaternário (Holoceno Superior), os sedimentos aluviais dispostos longitudinalmente ao longo dos canais entulham e colmatam as várzeas, as planícies dos pequenos rios são os modelados mais rebaixados na área (12 metros).

Em termos hidrográficos, o sítio está inserido na microbacia do rio Timbó localizado¹⁴ entre os municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, passando, também, pelas

¹⁴ Limita-se ao norte com a bacia do rio Igarassu e a micro-bacia do rio Engenho Novo; ao sul com a bacia do rio Paratibe; a oeste com a junção das bacias dos rios Igarassu e Paratibe; e a leste com microbacias que banham a planície costeira (NASCIMENTO, 2009). O rio Timbó é um afluente da margem direita do rio Jaguaribe.

seguintes áreas de proteção permanente, Mata de Congaçari, Mata de Jaguarana e Mata de São Bento. O rio nasce no Tabuleiro de Araçá (em Abreu e Lima) com o nome de Barro Branco, que se mantém até atingir o estuário em Paulista, quando passa a denominar-se rio Timbó. Da nascente, segue em direção oeste-leste, tomando a direção nordeste até a desembocadura, entre Nova Cruz e a praia de Maria Farinha. Seus principais constituintes são o rio Barro Branco, Arroio Caetés e Arroio Desterro pela margem esquerda e pela margem direita, um pequeno riacho próximo de sua nascente (NASCIMENTO, 2009).

A rede hidrográfica do rio Timbó como principal formadora o rio Barro Branco, fica encaixado em vale profundo e estreito no seu alto curso, onde a partir daí, se desenvolve o Arroio Desterro, formando assim o sistema fluvial do estuário, apresentando aproximadamente 15km de vias navegáveis em preamar, com profundidades mínimas de 2,0 indo até 8,0m, e com uma largura no baixo e médio curso variando de 250 a 300m. Ao penetrar na área estuarina, o rio Timbó divide-se em vários braços, espraiando-se entre o terraço marinho a leste e as colinas que circundam a planície costeira ao norte, ao sul e a oeste. Seu estuário medindo, aproximadamente, 1.397 hectares, abriga expressiva vegetação de mangue (NASCIMENTO, 2009).

Em termos de clima, as condições tropicais úmidas apresentam uma média de precipitação na área de 1500 mm anuais. Os sistemas atmosféricos atuam intensamente no período do outono-inverno com o avanço da ZCIT (Zona de Convergência Intertropical), VCAN (vórtices ciclônicos de altos níveis) e os DOLs (Distúrbios ondulatórios de leste). Este último é o responsável pelas chuvas torrenciais que acometem a região metropolitana e zona da mata pernambucana nesse período.

Com relação à cobertura da terra, os solos presentes na área estão associadas as classes de argissolos e latossolos nas vertentes e gleissolos nos setores rebaixados, nas várzeas. Os argissolos e latossolos apresentam alto teor de argila e uma vez retirada a cobertura vegetal que os protege torna-se susceptível à erosão linear. A vegetação do sítio está bastante antropizada, não se encontrando mata nativa e sim uma vegetação secundária esparsa, juntamente com o cultivo identificando-se mangueiras, coqueiros, cajazeiras e uma vegetação rasteira rarefeita que cobre a superfície do solo. No entorno, a vegetação predominante é de palmáceas e árvores de médio porte e nas margens do rio verifica-se uma vegetação rasa (OLIVEIRA & LARA, 2012).

IV - A PESQUISA ARQUEOLÓGICA

4.1 – Contexto Arqueológico e Metodologia de Campo

O engenho Jaguaribe foi registrado durante o levantamento de sítios arqueológicos na área da Sesmaria Jaguaribe¹⁵, entre o período de 2003 a 2005, sendo registrado no CNSA com o número PE00337. Encontra-se localizado, como relatado anteriormente, na várzea do Rio Timbó onde consta a presença de mangues, restinga e mata atlântica e, na área do próprio engenho, árvores frutíferas como mangueira, cajueiro, coqueiro, entre outras.

Através do levantamento topográfico da área do engenho Jaguaribe, constata-se a expansão urbana desde 1970 quando, possivelmente, essa área foi dividida ao meio com a construção de uma via de acesso. Indícios dessa divisão pode ainda hoje ser encontrada na estrada de acesso, onde encontra-se parte da estrutura da base de antiga fábrica, além de vários fragmentos de louça, cerâmica e material construtivo.

Figura 19: Área da casa grande estava coberta pela vegetação e lixo



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

¹⁵ A primeira campanha arqueológica realizada no engenho Jaguaribe teve a duração de quatro semanas e ocorreu no período de 30 de agosto a 30 setembro de 2015, com um equipe composta por 15 pessoas, entre pesquisadores, estudante, topógrafo e auxiliares técnicos de escavação. Nesse período foi possível montar uma infraestrutura próxima ao sítio arqueológico, o que facilitou uma temporada de campo confortável. Teve o apoio da Prefeitura de Abreu e Lima que auxiliou na hospedagem e alimentação da equipe.

A primeira campanha de escavação arqueológica do sítio Engenho Jaguaribe foi realizada em 2015, na área das ruínas da capela com a finalidade de identificar o tipo de capela e as técnicas construtivas.

A área da casa grande também encontrava-se coberta por entulho, sedimento acumulado, lixo, amontoados de telhas, alguns deles da reforma realizada por Sr. Antônio Maurício na década de oitenta. Para iniciar a pesquisa foi necessário primeiramente remover a vegetação e escombros encontrados por cima das ruínas (Figuras 19 a 22).

Definida a área a ser pesquisada depois da limpeza, foi iniciado o levantamento topográfico e a delimitação dos setores (Figura 23), sendo realizada a coleta dos vestígios superficiais com a estação total (Figura 24). Nesta pesquisa, foi utilizada uma técnica mista de escavação com decapagens artificiais em algumas quadrículas e, quando bem definido, a remoção de entulhos identificados nas quadrículas.

Figura 20: Limpeza da área com outros instrumentos



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

Figura 21: Retirada do entulho e pedras desmoronadas



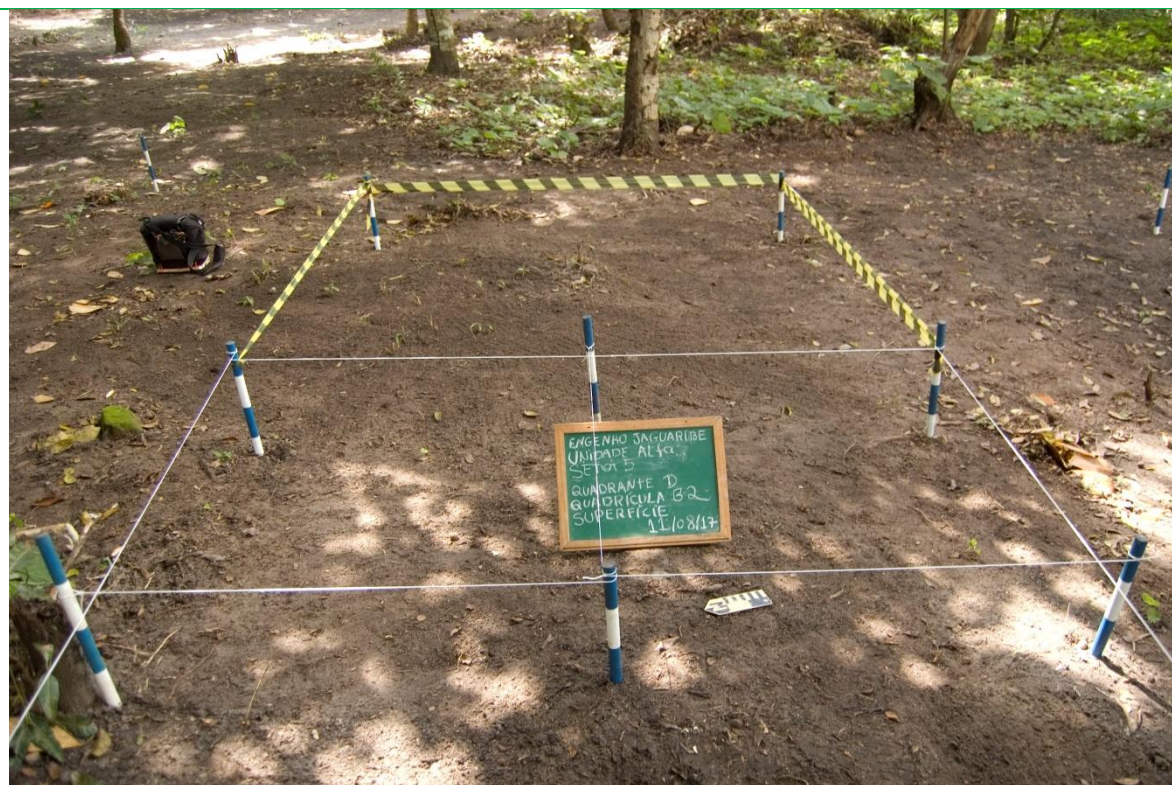
Fonte: Cláudia Oliveira 2017

Figura 22: Limpeza da área com Roçadeira



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

Figura 23: Delimitação das quadrículas para iniciar a escavação



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

Figura 24: início da topografia com a Estação total para o setoriamento e planta altimetria do sítio



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

Sendo, em seguida definida uma malha a partir de dois pontos georeferenciados, a qual contempla quatro **unidades** de 500 m², denominadas Alfa, Beta, Delta e Gama. Cada unidade foi dividida em **setores** de 100m² e cada setor foi subdividido em **quadrantes** de 20 m², os quais foram subdivididos em quadrículas de 2m² os quais, por fim, foram divididos em **quadrados** de 1m² denominados A, B, C e D.

Com os setores definidos, foi utilizada para o preenchimento das etiquetas a seguinte sequência: **SI-Q A/1Ab** (Setor I, Quadrante A, quadrículas A1, quadro b). Dessa forma, foram escavadas no quadrante **A**, 23 quadrículas, no quadrante **B**, 6 quadrículas, no quadrante **F**, 16 quadrículas, no quadrante **G**, 2 quadrículas, no quadrante **C** 4 quadrículas, no **D**, 1 quadrícula, e, finalmente nos quadrantes **E/D** a 1 quadrícula (Tabela 02).

Tabela 02: Quadrículas escavadas no Engenho Jaguaribe

Quadrante	Quadrícula
F	2C, 4B, 4C,4D,5E, 5D, 5C, 5B, 6E, 6D, 7E, 7D, 8E, 8D, 9E, 9D
A	3Jb, 3G, 5Bb, 5C, 5D a, 6Da, 7Hbc, 7Fb, 7 Gabcd, 8D, 8H, 8Gcd, 8Ab, 8B, 9a, 9G abcd, 9Hc, 9G, 10 Gad, 10 Há, 10Ib, 10J, 10F, A1, A3
G	1E, 2B
C	12 EDC, 6EF, CD15 C10, C1,
D	A9, DC9
V	7D
E e D	ED8,

O registro de todas as atividades de escavação foi feito através do desenho (Figura 25), topografia (Figura 24) e fotografia das estruturas, dos vestígios e da paisagem (Figura 26). Nesta fase também foi possível realizar a documentação aérea dos trabalhos arqueológicos com fotografias aéreas que puderam gerar muitos detalhes e uma visão total ou parcial do sítio estudado através do uso de um Drone DJI Phantom 3 (Figura 27). Desta forma foi possível, portanto, obter informações sobre a arquitetura de edificações e detalhes sobre as quadrículas escavadas.

Figura 25: Documentação através do desenho



Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015

Figura 26: Documentação através da fotografia



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto, 2018

Figura 27: Documentação através da fotografia aérea

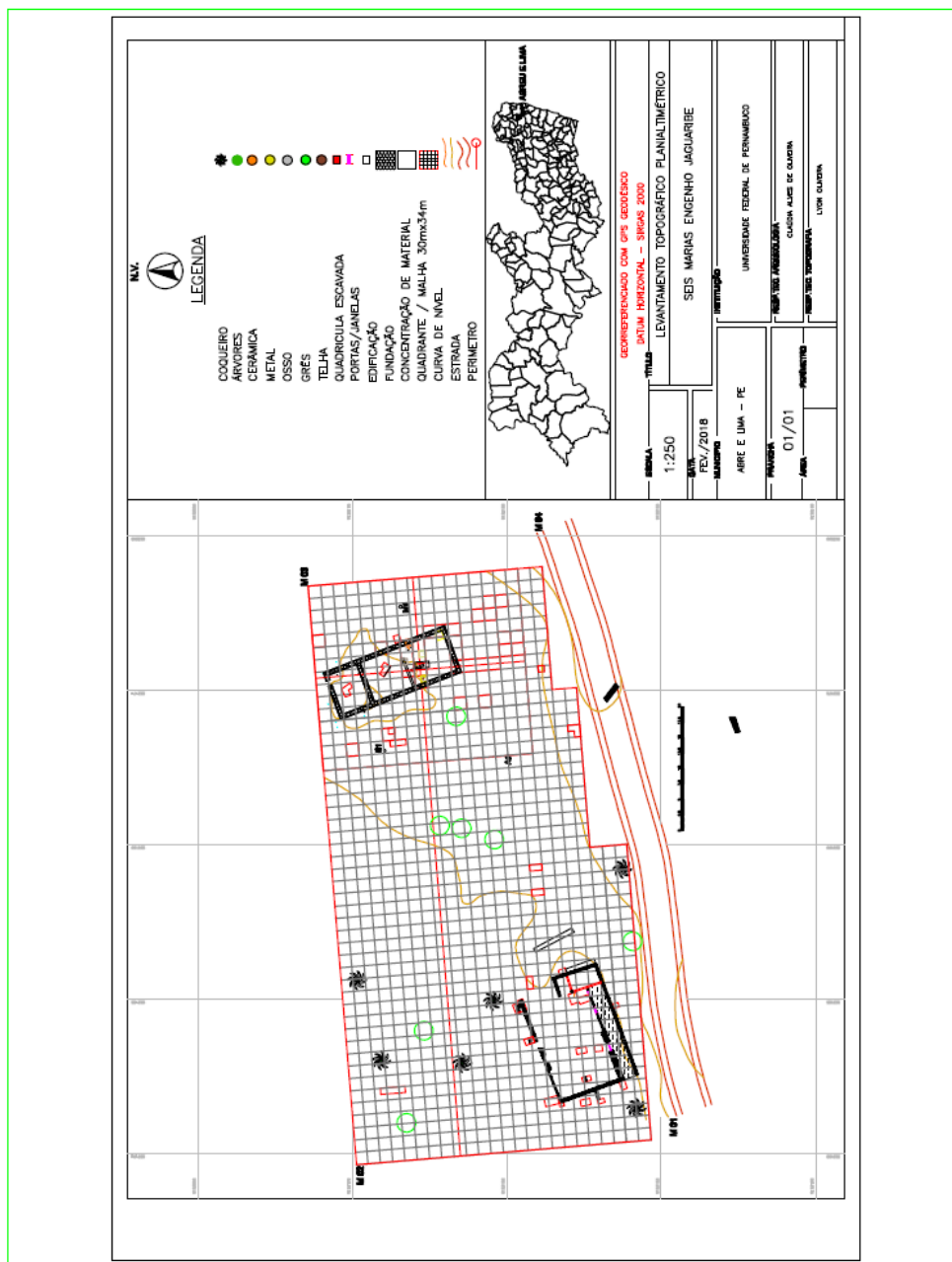


Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015

Entre os componentes identificados na área do engenho encontram-se as estruturas da capela, da casa grande, a área da moita ou fábrica. Entretanto, na primeira campanha, foram priorizadas as ruínas da capela do engenho, a qual segundo Koster (2002), possuía invocação a Santo Antônio, localizada no SETOR 1, entre os Quadrantes: A, B, F e G (Figura 28)..

Na área da capela encontram-se os testemunhos das paredes em alvenaria de pedra e cal, que ruíram para o interior da capela na altura do altar-mor, as paredes de pedra e cal da fachada lateral esquerda, da sacristia e altar, onde se pode observar no seu entorno, parte da calçada (Figuras 29 e 31)

Figura 28: Planta da Escavação –Delimitação dos setores



Fonte: LEA 2018

Figura 29: Sarjetas da sacristia



Fonte: Cláudia Oliveira, set. 2015

Figura 30: Vista geral da sacristia – área interna



Fonte: Cláudia Oliveira, set. 2015

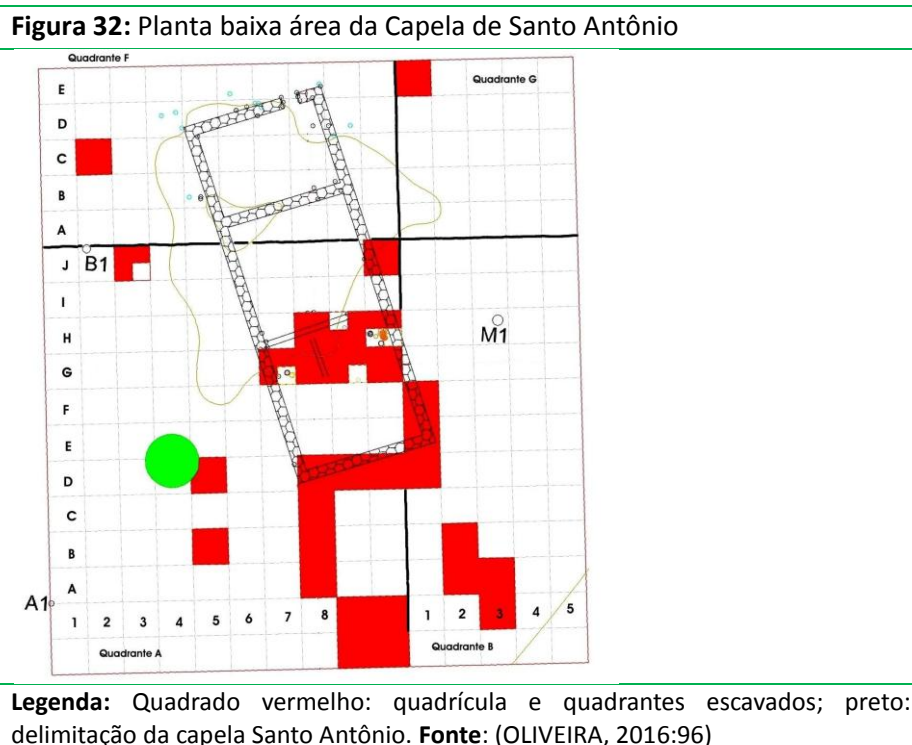
Figura 314: Vista geral da área da sacristia – área interna



Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015

Nesta etapa verifica-se que a estrutura arquitetônica da capela Santo Antônio estava completamente desmoronada e soterrada pelas próprias paredes e coberto pela vegetação. Com a pesquisa foi possível evidenciar o tamanho geral da estrutura da capela com aproximadamente 16m de largura e 40m de comprimento (Figura 32). Entretanto

esse comprimento total corresponde a uma etapa de expansão da capela¹⁶, a uma nova sacristia com a porta de acesso a capela. Na parte interna foi delimitada a nave, suas fachadas esquerda, direita, frontal (limites do frontispício e outras fundações) e posterior, assim como, uma calçada composta por tijolos maciços, que circundava as laterais, na parte externa da sacristia e no interior da capela. Verifica-se ainda que as paredes foram construídas com pedras calcárias, sendo rebocadas por uma espessa argamassa com cal, e durante alguns períodos foram pintadas de amarelo com faixas vermelhas no rodapé (OLIVEIRA, 2016). No recinto da sacristia verifica-se um arranjo de pisos e bases de sepulturas (tipo carneiro), soleira de porta de calcário e sarjeta (calçada) ao longo de todo o arcabouço da sacristia, vestígios de reboco (na cor amarelada e com rodapé vermelho em tom ocre, Figura 31).



¹⁶ A capela passou por várias intervenções construtivas no decorrer dos séculos, confirmando os documentos históricos. Entretanto, apenas com o andamento das pesquisas nessa área será possível delimitar todo o processo construtivo.

4.2 – Casa Grande

Na segunda fase, como objetivo principal do projeto *Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe do Litoral Norte de Pernambuco*, as pesquisas foram concentradas na área da casa grande do engenho.

Na primeira fase da pesquisa arqueológica neste engenho Rosemary Cardoso, juntamente com Miranda e Oliveira, em seu trabalho **Engenhos que Caem Casas que se Erguem**, onde aborda as memórias relativas as ocupações recentes e da segunda metade do século XX, fornecem valiosas informações para a compreensão sobre as diversas etapas construtivas ou as intervenções que a Casa Grande sofreu ao longo do tempo. Verificando que,

“.. a atual estrutura casa, as colunas, o piso e as fundações, a priori, podemos descrever que a casa apresenta 02 cômodos/repartições, um onde fica a cama do Sr. Maurício e outro onde fica diversos objetos (material de construção, de agricultura, etc.) pessoais. Identificamos, também, uma estrutura, possivelmente de uma fundação, que inicia na casa do engenho (casa do Sr. Maurício) e segue até o lote ao lado, onde está à atual casa da esposa do Sr. Maurício, que até onde foi possível visualizar, foi construída encima de tais estruturas. Mas, como ainda não foi realizada nenhuma escavação na área da casa do engenho e no seu entorno, não podemos afirmar se estas estruturas são partes da casa do engenho ou se são parte de outra edificação.” (CARDOSO, AMARAL & OLIVEIRA, 2017);

O Sr. Antônio Maurício recorda que originalmente a frente da casa possuía uma área, que ele definiu como uma varanda com alpendre. Sendo este espaço reformado, com novas paredes erguidas, após um dos seus filhos cair ao subir no alpendre e se machucar. Posteriormente, na década de 1980, o local também serviu de moradia provisória para uma de suas filhas que se casou. Verificou-se uma área da sala com vestígios do piso, e das colunas das paredes. É um espaço interno da casa, frente para o oratório, possui a forma de um retângulo de 15 metros de extensão por 5 metros de largura. (CARDOSO, AMARAL & OLIVEIRA, 2017);

Assim após a limpeza da vegetação e a retirada de lixo de moradores atuais foi possível identificar remanescentes da casa grande do engenho (Figura 33).

Figura 33: Vista geral da área da Casa Grande



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

A pesquisa permitiu identificar nas últimas camadas de ocupação, paredes de tijolos, taipa e paredes de alvenaria dos séculos XVI a XX, assim como as reformas recentes, em 1980, realizadas pelo Sr. Antônio Maurício, atual proprietário da área onde encontram-se as estruturas da Capela e da Casa Grande (Figuras 34 a 36). Faz parte dessa estrutura um oratório (Figura 38), sem teto e sem uma de suas paredes, com altar de alvenaria. A nave demonstrou sua divisão com um batente que corta toda a extensão da nave (bases do arco cruzeiro ou batente da grade de comunhão). Nesse oratório o Sr. Antônio Maurício, conforme Cardoso (2018),

“fala com saudosismo é o oratório, no qual sua mãe e posteriormente sua esposa realizavam as orações diárias. Estes eram espaços comuns nas casas-grandes dos engenhos pernambucanos, sendo os locais onde as sinhás mantinham os seus santos de devoção e realizavam suas rezas diárias. Segundo o Sr. Antônio Maurício, este local ficava próximo da sala, para onde tinha uma saída, e possuía um pequeno altar de alvenaria (tijolos maciços), onde ficavam os santos esculpidos em madeira. Como lamenta o Sr. Antônio Maurício, em um breve momento de descuido após as orações, algumas velas foram esquecidas acesas no local, o que causou um incêndio que queimou todos os santos e as mobílias do oratório. Apesar de não saber precisar a data do incêndio, o Sr. Antônio Maurício afirma que depois da tragédia o local nunca foi reconstruído.”

Cardoso et al (2018) comentam que no altar do oratório, não havia sido evidenciado a pedra d'ara, que ficaria situada no centro do altar onde há uma pequena cavidade, onde se coloca uma pedra, comumente de mármore, sagrada pelo bispo e que pode contém relíquias de mártires às quais alude a oração que o celebrante recita ao subir ao altar: *quorum reliquiae hic sunt*. Durante a Missa, o cálice e a Hóstia deve pousar sobre a pedra d'ara, e sobre ela se apoia o cálice durante a celebração. Quando um altar não tem a Pedra d'ara, pode significar que neste altar não é realizado a consagração da eucarística; assim, além de outras características, esta é mais uma que define este local como um oratório (Apud CARDOSO et al 2018 <http://www.tribunaleclesiastico.org.br> acessado em 02/11/2015).

Figura 34: Reformas feitas pelo Sr. Antônio Mauricio faixada externa



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 35: Vista geral da área da Casa Grande antes da limpeza



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 36: Escavação na área interna da Casa Grande



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 37: Parede de taipa da Casa Grande



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 38: Vista geral: Parede do século XX e Capela Interna (seta vermelha)



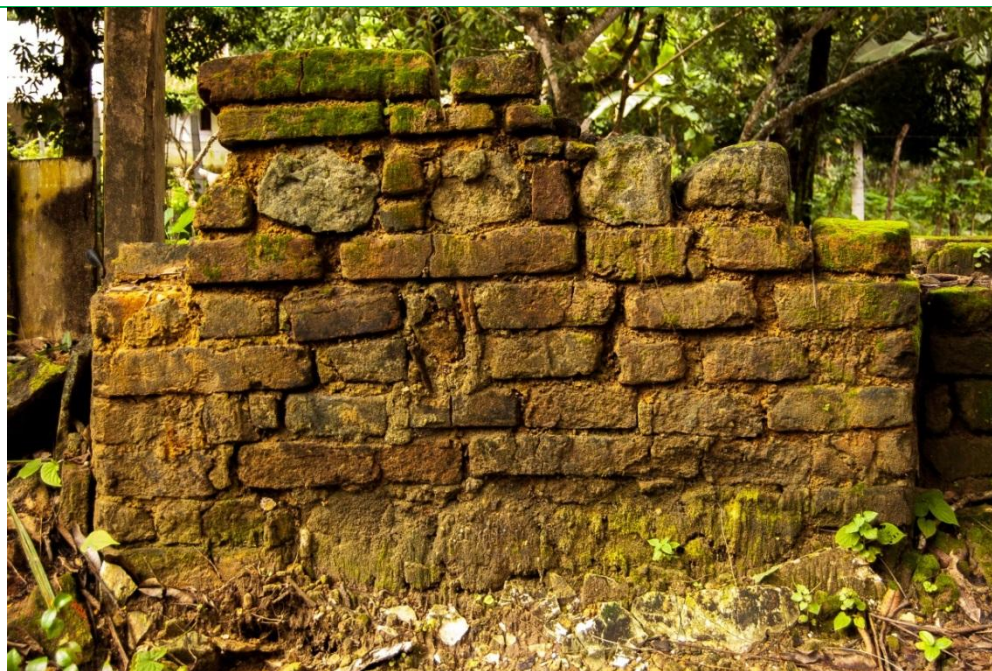
Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 39: As paredes que restaram da casa grande e as diferentes técnicas construtivas



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 40: Técnica mista



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Durante as reformas da casa o Sr. Antônio Maurício trocou as madeiras do telhado, substituiu as telhas por novas, pois seriam segundo ele, mais leves, e grande parte das telhas antigas foi acumulada no quintal atual da casa, onde havia também peças de ferro, plásticos etc. (CARDOSO, 2017)

As reformas realizadas pelo Sr Antônio Maurício podem ser observadas nas figuras 35 a 39, onde se observa tijolos de seis furos e reboco de cimento. Tudo indica que as paredes com técnicas mistas estavam revestidas nesse período com reboco de cimento também (Figuras 39 e 40).

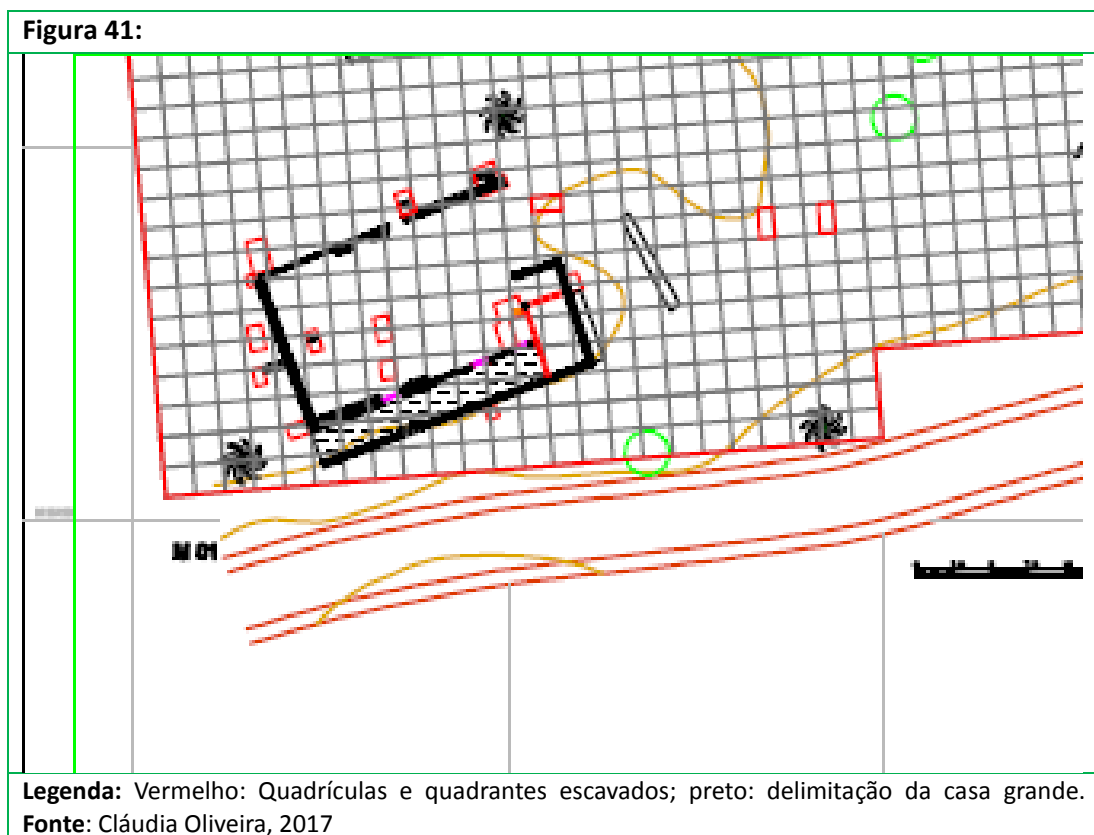


Figura 42: Identificação de uma porta lateral na casa grande



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

Figura 43: Estrutura de pedra, possivelmente do século XVI



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

No século XIX Henry Koster (1978:230) descreve com detalhes alguns aspectos importantes para o estudo das etapas construtivas do engenho. Fala sobre as edificações do engenho, a Casa Grande, casa de residência do proprietário ou do feitor, com sua cocheira para os cavalos de sela.

“Tomei posse da casa que era usualmente habitada pelo proprietário ou pelo rendeiro. Era uma casa longa e baixa, de taipa, coberta de telhas, branca de cal por dentro e por fora, tijolada mas sem forro. Tinha dois aposentos, com dimensões toleráveis, vários quartinhos e uma cozinha. A entrada principal era uma espécie de praça, formada por muitas construções pertencentes ao engenho. Na frente ficava a Capela, e à esquerda, a casa grande, incompleta, e as senzalas, uma fila de pequenas moradas tendo a aparência de asilo, sem o asseio desses edifícios, na Inglaterra. A direita, o engenho, movido por água e o armazém onde o açúcar passava pelo processo de clarificação. Juntem-se ao quadro os currais para o gado, os carros, madeiras de construção, um pequeno lago onde corria a água que rodava o engenho. Por trás da casa havia um grande terreno aberto no fim do qual estava a represa do engenho, casinhas, roças de mandioca e árvores ao longo do vale ladeado de colinas escarpadas, revestidas de vegetação densa e verde.”

Sobre a casa grande do engenho Jaguaribe o viajante inglês descreve algumas técnicas construtivas e como ela se encontrava durante a sua ocupação. Fala que frequentemente a casa era feita de madeira e de barro e, no caso do Jaguaribe, ficava situada na colina, olhando para o vale.

“ A casa, antes aludida, situava-se num prolongamento da colina, olhando o vale, e logo ficou sem moradores, podendo eu ir ocupa-la. Era espaçosa mas o solo não estava tijolado e as paredes interiores não possuíam pintura ou teriam sido branquejadas a muito tempo. Recebi as visitas e presentes, de acordo com a tradição..” (KOSTER, 1978:225)

Figura 44: Vista lateral da canaleta em pedra calcária



Fonte: Ana Cláudia Sales. Agosto 2018

Figura 45: Vista geral da canaleta



Fonte: Ana Cláudia Sales. Agosto 2017

Outra estrutura encontrada foi uma canaleta que parte da base da parede lateral da Casa Grande em direção ao terreno próximo, onde foi construída a casa da filha do Sr. Antônio Maurício (Figuras 44, 45 e 46).

Figura 46: Direção da canaleta identificada na parte lateral da casa grande



Fonte: Cláudia Oliveira. Agosto 2017

4.3 – Análise dos Vestígios

Todos os vestígios arqueológicos coletados durante a escavação da casa grande do engenho Jaguaribe passaram por um processo de limpeza e registro com numeração de cada fragmento para a sua análise e classificação tipológica. Os mesmos tipos de vestígios como a faiança fina, faiança, porcelana, cerâmica, material vítreo, metal e ósseo, ocorreram nas duas áreas escavadas da capela e casa grande. Entretanto, verifica-se grande variação quantitativa dos vestígios, principalmente em relação a faiança fina que ocorre em maior frequência na área da capela e da cerâmica histórica que ocorre em maior frequência na casa grande como como pode ser verificado nos gráficos abaixo (Ver também Tabela 03, gráficos 01 e 02).

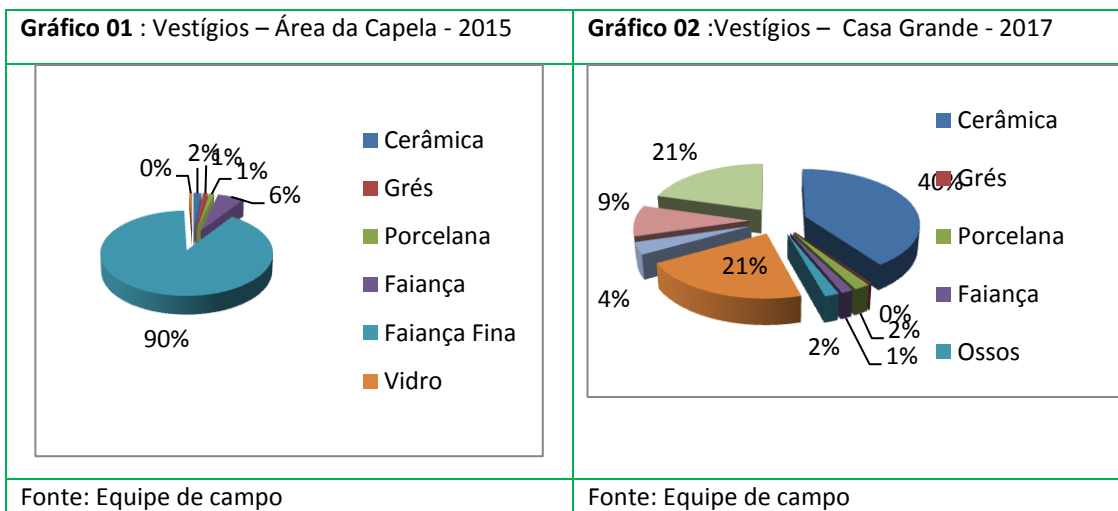


Tabela 03: Tipos de vestígios arqueológicos encontrados no Engenho Jaguaribe

Tipo de Vestígio	Capela	Casa Grande
Cerâmica	(14)2%	(744) 40%
Faiança Fina	(788) 90%	(392) 21%
Vidro	(5) 0,1%	(66) 20%
Metal	-	(66) 4%
Porcelana	(9) 1%	(36)2%
Faiança	(49) 6%	(27)1%
Grés	(9) 1%	(3) 1%
Total	874	1956

O material construtivo como tijolos, telhas, reboco e argamassa, ocorre igualmente nas duas áreas, porém uma amostra maior foi coletada na área da casa grande, assim como os vestígios de ossos e malacológico.

Figura 475: Tijolos com marcas de pegadas



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 48: Fragmento de telha canal



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 496: Telha canal, modelada conforme lenda popular modelada nas colchas



Fonte: Arquivo LEA, 2018

60

Da reforma realizada pelo Sr. Antônio Maurício verificam-se telhas de dois tipos a qual, segundo ele, as telhas mais antigas (Figuras 48 e 49) eram pesadas e maiores e, as fabricadas atualmente, menores e mais leves.

Os vestígios foram analisados buscando-se os seus aspectos técnicos, morfológicos, decorativos e funcionais. Assim no estudo da cerâmica, quanto a morfologia, foram identificados fragmentos de bordas, bojo e alças de vasilhas alisadas, polidas, vitrificadas e com decoração incisa. Elas teriam sido produzidas com as técnicas de manufatura acordelada ou roletada (sobreposição de acordes e roletes na produção), modelada (modelagem com as mãos), moldada (emprego do molde) e torneada (com torno).

No estudo da louça¹⁷ foi classificado a faiança, a faiança fina, o grés e a porcelana. A **faiança fina** é uma louça com pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que para se torna permeável a líquidos, de ser coberta por um esmalte (Symanski, p. 166, 1998 *apud* Worthy p. 334, 1982). Já a **faiança** é um tipo de louça branca de pasta opaca, compacta, fratura irregular, porosa, de coloração bege a avermelhada e esmalte poroso branco.

¹⁷ Denominação genérica que compreende todos os produtos manufaturados de cerâmica, compostos de substâncias minerais, sujeitas a uma ou mais queimas. Em português é utilizado o termo louça, espanhol, loza e em inglês earthenware (SILVA, p. 49, 2017 *apud* PILEGGI, 1958, p.194)

Grés

As garrafas de grés eram comumente utilizadas para armazenamento para bebidas e condimentos líquidos como azeite, óleo, etc. Segundo Medeiros (2005) a produção desse tipo de material foi “produzido inicialmente na Alemanha no século XVI , já no século seguinte passou a ser fabricado em outros países europeus. No século XIX, a Inglaterra o exportaria para o Brasil em quantidade mais significativa, sendo agora utilizado para condicionar particularmente cerveja, genebra, uma bebida alcoólica popularmente conhecida no Brasil como “zenebra”, além de tinta nanquim”.

A frequência desse tipo de vestígio no Engenho Jaguaribe foi baixa na casa grande, com apenas três fragmentos de garrafa, sendo um de bojo com padrão Bristol Glazed e os demais sem identificação da morfologia e do padrão. Essa frequência baixa pode ser explicada pelo número pequeno de quadriculas abertas com níveis mais profundos. Nesta fase foi priorizado o registro detalhado das últimas ocupações no engenho para em seguida definir as primeiras ocupações.

Vidro

Segundo Caldarelli (2000) o vidro é “ composto de sílica, geralmente sob forma de areia, e álcalis, como potássio, óxido de cálcio (cal) e carbonato de sódio. Enquanto a sílica e os álcalis determinam suas características gerais (dureza, brilho e durabilidade), outros elementos químicos determinam sua cor. A cor natural do vidro, decorrente das impurezas da areia, varia de verde a âmbar. Cores artificiais são produzidas pela adição de corantes como cobre, cobalto, ferro, manganês, estanho, ouro e arsênico.”

Por questões relacionadas a higiene e a saúde em torno de 1880, “passou-se a exigir melhor visualização dos produtos alimentares e farmacêuticos, levando os fabricantes à necessidade de produção de recipientes de vidro mais claros. Iniciou-se, então, o emprego de agentes descolorantes, principalmente do manganês, na manufatura do vidro incolor. Esse elemento foi amplamente utilizado até 1915, quando, em função da Primeira Guerra Mundial, a principal fonte de produção, a Alemanha, cortou seu fornecimento. Em 1916 foi substituído pelo selênio, que permaneceu em uso até 1930, quando se popularizou o uso do arsênico. Esses dados, referentes à produção norte-americana, podem destoar daqueles referentes à produção europeia e nacional.” (CALDARELLI, 2000).

A produção fabril dos vasilhames de vidro pode ser a sopro livre ou molde. O primeiro método de produção é quando o vasilhame é confeccionado através do sopro livre onde o vidro é fundido e este atado e soprado pelo vidreiro através do tubo de sopro e deixa marcas características da produção. Já, a confecção em molde teve início segundo Caldarelli (2000) “as práticas industriais de produção em série, os vasilhames passam a

ser confeccionados em moldes que também deixam marcas características nas peças. A utilização de moldes permitiu que a produção dos recipientes de vidro passasse a apresentar uma homogeneidade nas formas.”

Na área da casa grande ocorre a maior quantidade de fragmentos de vidro. Trata-se de fragmentos de bojos de garrafa (2170, bases (62), bordas (7) gargalos (21), bojo/base (24), sem morfologia não identificada (38). Foram identificados ainda 9 fracos (sendo 06 de remédios, 01 de perfume, 02 de Nescafé). Esse material apresenta as cores verde, âmbar, incolor, oliva e azul.

Metal

O material metálico é agrupado em categorias de acordo com sua funcionalidade podendo ser de procedência náutica, doméstica e construtiva, bélica, uso pessoal e vestuário, equestre, além de metal não identificado.

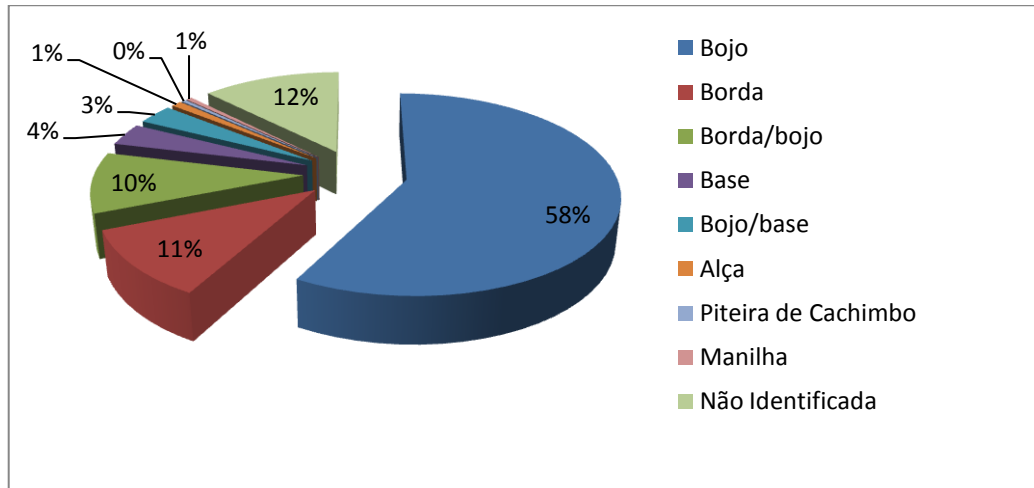
- Náutico: Anzol, fragmentos de anzol, suspensor, cravo, fragmento de cravo, cavilha, fragmento de cavilha.
- Doméstico e construtivo: Colher de sopa, cabo de colher, colher de sobremesa, concha de copa grande, garfo, faca, panela, chave, prego, dobradiça, fragmento de dobradiça, fragmento de fechadura, fechadura, fragmento de cabo de faca, parafuso, fragmento de cabeçote de parafuso, etc.
- Uso pessoal e vestuário: Botão, pingente, medalha, anel, fivela de cinto.
- Equestre: Estribos, argola, etc.
- Bélico: Bala, fragmento de bala, espoleta, etc.
- Metal não identificado: Fragmentos que não é possível saber a funcionalidade.

No Engenho Jaguaribe encontramos fragmentos de pregos (06), moedas (nove), além de 34 fragmentos que não foi possível identificar a morfologia devido a corrosão do material.

Cerâmica

A cerâmica apresenta características técnicas do período histórico. Trata-se de fragmentos bojos simples (58%), bordas (11%) (bordas direta, expandidas, reforçadas externamente), borda/bojo (10%), bases planas (04%), bojo/bases(03%), e fragmentos sem identificação morfológica (12%). Neste conjunto encontram-se ainda fragmentos de alças, piteiras de cachimbo e de manilhas (Gráfico 03).

Gráfico 03: Frequência da Morfologia da Cerâmica



Fonte: Equipe Arqueológica (2018)

Predomina a cerâmica com a técnica de manufatura torneada (567), ocorrendo ainda as técnicas modelado (139), moldado (28) e, apenas um fragmento, acordelado. A técnica de tratamento de superfície predominante é o alisado (683); havendo fragmentos com resquícios de pintura vermelha e branca (40), brunida (14), vitrificada (06), 01 impressa (01) e incisa (01). Nesse conjunto encontra-se 02 fragmentos erodidos não sendo possível identificar o tratamento de superfície externa ou interna.

Figura 50: Fragmento de forma de pães de açúcar – superf. externa



Fonte: LEA, 2018

Figura 51: Fragmento de forma de pães de açúcar – superf. interna



Fonte: LEA, 2018

Figura 52: Borda de forma de pães de açúcar – superf.. externa



Fonte: LEA, 2018

Figura 53: Borda de forma de pães de açúcar – superf.. externa



Fonte: LEA, 2018

Porcelana

A porcelana é uma louça branca, vitrificada e translúcida, descoberta na China durante a dinastia Tang (618-906 d.C.) (Symanski, 1998 apud Brancante, 1981:156). De forma geral, portanto, pode se dizer que a faiança contém uma pasta porosa, a faiança fina tem a pasta menos porosa e a porcelana não é porosa e o determinante para a porosidade da pasta é a queima sofrida pela peça, quanto maior intensidade da queima menos porosa a pasta da peça ficará (SILVA, p.50, 2017).

Figura 54: Louça – Fábrica Brasileira Figueiredo SA



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Nesta fase foram identificados 27 fragmentos de porcelana (05 bojos, 02 bordas, 04 bases, 03 borda/bojo, 05 bojo/base, 06 borda/bojo/base e 02 fragmentos sem identificação). A técnica decorativa identificada foi a plástica (02), pintado a mão (02), com elementos florais (03) e com elementos geométricos (03). Predomina, entretanto, os fragmentos sem decoração (17).

Figura 55: Porcelana com marca de incisão - saleiro



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 56: Louça Sem Decoração- Interno



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 57: Louça Sem Decoração - Externa



Faiança Fina

A análise tipológica da louça utilizou parâmetros de classificação de Majewsky e O'Brien (1987); Tocchetto et. al., (2001); Symanski (1998); Barbosa (2012) e Silva (2017), onde são identificados os seguintes atributos:

- Cor: Cor da decoração da faiança fina;
- Motivo decorativo: Elementos que compõe a decoração da peça, por exemplo, floral, paisagem, geométrico (listras, faixas, triângulos, círculos, etc);
- Cena: construída por uma paisagem (comum nas louças decoradas com a técnica do transfer printing);
- Técnica decorativa: Como era realizada a decoração sobre o objeto (pintada a mão livre, carimbo, esponja ou transferência);
- Padrão decorativo: Conforme Araújo e Carvalho (1993:82) é uma designação geral de motivo decorativo que por alguma contingência passou a ser adotado por um grande número de fabricantes.
- Estilo: conforme a bibliografia (spring e peasant para os motivos florais pintados a mão livre e chinoiserie para desenhos de inspiração chinesa);
- Modelo: Faz-se referência a uma decoração específica atribuída pelo fabricante quando identificada a marca impressa na base do objeto. (TOCCHETTO et. al., 2001:23; ARAÚJO e CARVALHO, 1993:82);
- Morfologia: muito raramente as peças chegam inteiras às mãos dos arqueólogos para estudo, assim, os fragmentos resgatados podem ser identificados como borda, bojo e base, apêndices (alças e asas). Essa variável é importante, pois dependendo da morfologia possível identificar o tipo de objeto e, conseqüentemente, inferir sua funcionalidade.
- Período de Produção: Observa-se o período de fabricação das louças (Tabela 04)

Tabela 04: Decoração e seus respectivos períodos de produção

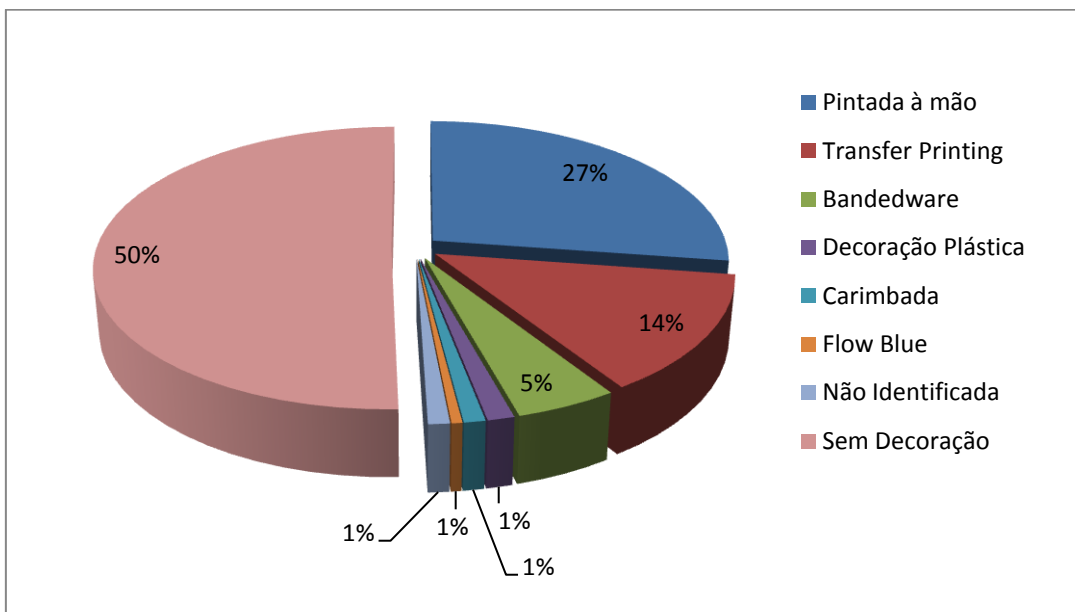
Técnica Decorativa	Resumo	Período
Carimbada	Decoração com o auxílio de um carimbo.	A partir do século XIX
<i>Transfer Printing</i>	Ou Impressão por Transferência O desenho ser gravado em placa de metal com incisões profundas e coberto por um papel de seda e, posteriormente após uma prensagem transferiria o desenho do papel à peça cerâmica, que já sofrera uma primeira queima.	Século XVIII, posterior e com pretensão de substituir a técnica pintada a mão livre
Bandedwar	Faixas e listras de espessuras distintas, criando um leve relevo no entorno da peça	A partir do final do século XVIII
Decoração Plástica	Produzidas por pressão de molde (modelagem impressa)	Século XIX
Faixas e friso	Faixas e/ou frisos com espessura fina e/ou larga.	Final do século XVIII ao início do século XX
Shell Edged	Bordas semelhantemente aos frisos das conchas.	
Flow Blue	Conhecida como Borrão Azul que origina um tipo de estampado em azul no qual a tinta escorre intencionalmente dentro do esmalte, produzindo um aspecto borrado.	Foi introduzido na Inglaterra entre 1835 e 1845, sendo popular até 1901
Sprig Style	Composta por pequenos elementos florais e finas pinceladas.	Século XIX entre os anos de 1830 e 1860.
Peasant Style	Temática, flores estilizadas, pintadas à mão em traços grossos que cobrem muito da superfície da peça, com policromia que utiliza principalmente as cores verde, rosa, azul e vermelho	Decoração foi comum entre os anos de 1810 e 1860

Fonte: TOCCHETTO (2001); SILVA (2009, 2017); LIMA (1989)

A faiança fina encontra-se muito fragmentada, porém, foi possível identificar 79 fragmentos de bordas, 133 bojos, 84 bases, 35 borda/bojo, 26 bojo/base, e apenas 35 sem identificação.

No conjunto analisado predomina os fragmentos de faiança fina sem decoração (50%). Quanto a técnica decorativa a frequência maior é pintada a mão (shell edged, faixas e friso) (27%), Transfer Printing (14%), Bandedware (5%). Ocorre também em menor frequência decoração plástica (1%), carimbada (1%), e flow blue (1%) (Gráfico 02).

Gráfico 04: Frequência da Técnica Decorativa – Faiança Fina



Fonte: Equipe Arqueológica (2018)

Figura 58: Fragmento de Prato de Faiança Fina – Shell Edged



Fonte: LEA, 2018

Figura 59: Fragmento de Prato de Faiança Fina – Shell Edged



Fonte: LEA, 2018

Figura 60: Faiança Fina – *Transfer Printing*



Fonte: LEA, 2018

Figura 617: Faiança Fina – *Transfer Printing*



Fonte: LEA, 2018

Figura 62: Fragmento de Faiança Fina – *Bandedware*



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 63: Fragmento de Prato de Porcelana com decoração dourada



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 64: Porcelana com decoração floral



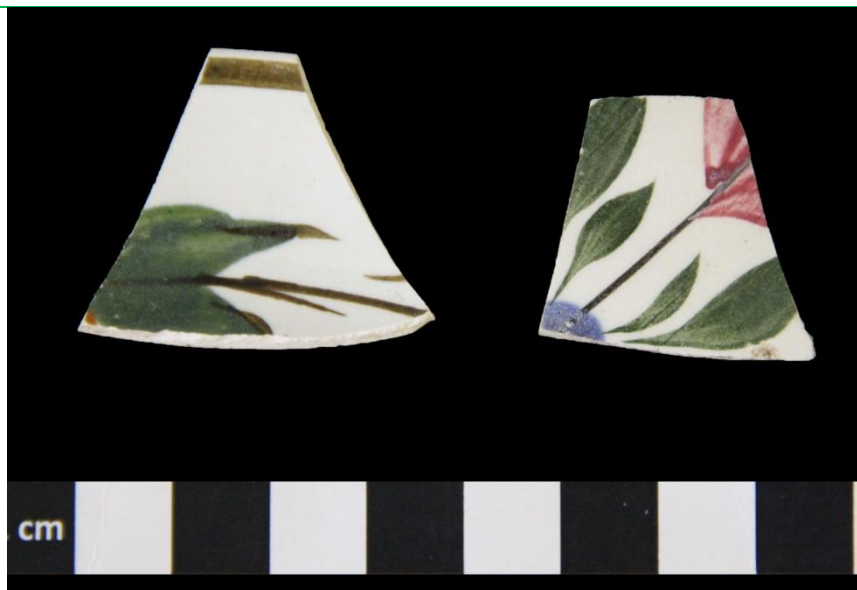
Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 65: Fragmento de Faiança Fina – *Flow Blue*



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 66: Fragmento de Faiança Fina – Peasant Style



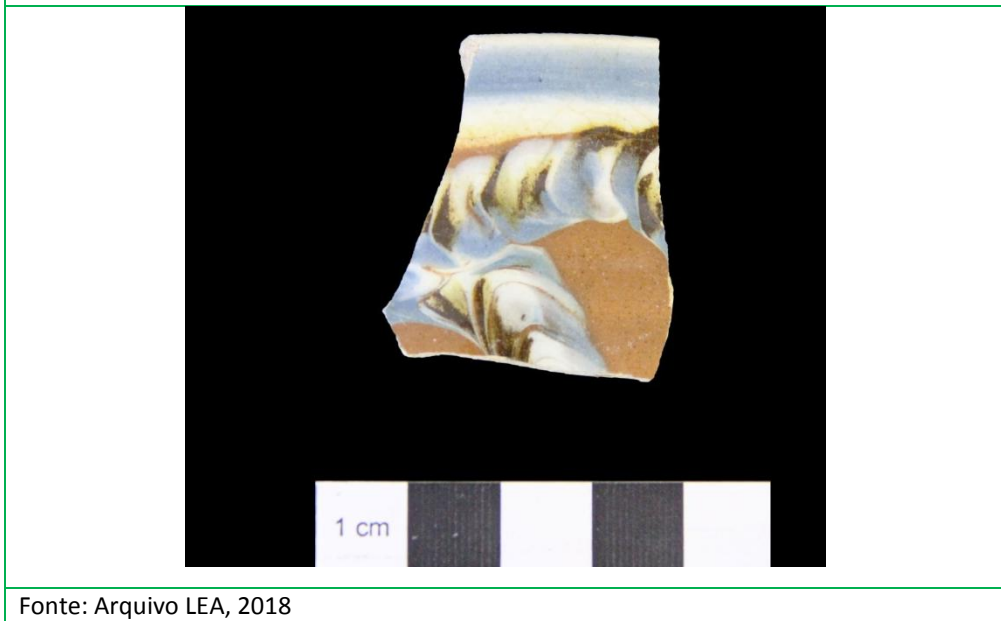
Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 67: Fragmento de Faiança Fina – Decoração Floral?



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Figura 68: Fragmento de Faiança Fina - *Finger Painted (Mochaware)*



Fonte: Arquivo LEA, 2018

Faiança

A faiança ocorreu em baixa frequência, considerando a quantidade da faiança fina. Ocorre faiança pintada à mão livre (faixas e friso, duplo frisos (16) e sem decoração (11). Quanto a morfologia existem fragmentos de borda/bojo (06), bojo/base (06), bojós (10), e sem identificação (05).

Figura 69: Faiança- Faixas e friso – Pintada à Mão Livre



Fonte: LEA, 2018

Figura 70: Faiança- Faixas e friso Ondular – Pintada à Mão Livre



Fonte: LEA, 2018

V - AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As ações deste projeto de Educação Patrimonial foram baseadas nas proposições da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE ao centrar o foco no patrimônio cultural material de Pernambuco e assim contribuir para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

A Educação Patrimonial está sendo considerada como um dos temas transversais, sendo capaz de promover a identificação e a disseminação de informações e conhecimentos relativos ao Patrimônio Cultural e a melhoria na transmissão, reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico no estado de Pernambuco com o objetivo de produzir, promover e difundir o Patrimônio Cultural Material do Estado em especial no Município de Abreu e Lima, contribuindo para a formação de público, para a educação e consumo cultural.

Nessa direção buscou-se promover a incorporação desta temática ao conteúdo da Arqueologia, sempre no sentido de estimular os alunos do Ensino Fundamental e Médio para o conhecimento, valorização e proteção do patrimônio cultural e arqueológico de sua região.

O modelo de Educação Patrimonial utilizado tem como principal premissa a ampliação da ideia de salvaguarda de bens patrimoniais, principalmente a partir da adoção de estratégias focadas nas comunidades, entendidas como os principais agentes de eleição e preservação do patrimônio cultural em cada região do estado.

As fundamentações que nortearam o trabalho estão firmadas nos campos da Educação e da Cidadania, uma vez que adota estratégias firmadas na participação dos cidadãos.

Em consonância com o que apregoa a FUNDARPE, as etapas elencadas no processo do programa de Educação Patrimonial envolveram o conhecer (acesso), o compreender (interpretar) e o valorizar (buscar os caminhos eficientes para promover o patrimônio cultural e arqueológico da região).

O projeto foi desenvolvido durante o mês de agosto, com exceção da palestra de encerramento que ocorreu no dia primeiro de setembro de 2017. As ações seguiram, em parte, o planejamento e cronograma proposto no projeto em questão. Porém, a pedido das escolas, foram elaboradas atividades extras na Escola Municipal Sebastião Cândido do Nascimento e na Escola Polivalente, o que demonstra o envolvimento da comunidade com o trabalho desenvolvido.

Nas linhas abaixo serão abordados os conteúdos e a metodologia utilizada em cada etapa deste complexo projeto “Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe no Litoral Norte de Pernambuco” que foi desenvolvido no município de Abreu e Lima.

Primeiramente, considera-se importante apresentar um breve histórico da Educação Patrimonial no Brasil e sua aplicabilidade na Arqueologia.

5.1. Antecedentes da Educação Patrimonial: um breve panorama histórico

Um marco importante na trajetória da Educação Patrimonial no Brasil foi o seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” que ocorreu em 1983, no Museu Imperial de Petrópolis (RJ). Influenciado pelo evento, alguns anos depois, ocorreu a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) com a supervisão de Maria de Lourdes Parreira Horta. A autora em questão utilizou, como base teórica e epistemológica, os trabalhos da Heritage Education desenvolvidos na Inglaterra, (CAMPOS, 2014).

No guia a Educação Patrimonial é apresentada como:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

A partir da Portaria 230/2002 (IPHAN), passou haver a necessidade de Projetos de Educação Patrimonial nas pesquisas arqueológicas, o que trouxe uma conseqüente ressignificação, alargamento e ampliação no número de projetos e trabalhos nesse campo de estudos.

A legislação relativa a intervenções capazes de provocar impactos ambientais trouxe combustível precioso, ao incluir, como contrapartida obrigatória, ações educacionais patrocinadas pelos empreendedores, e levou também, algumas vezes, a improvisações que revelam a necessidade de avaliar algumas premissas e posturas. (Menezes, 2007, p.46-47)

Durante vários anos, o Guia de Educação Patrimonial foi utilizado por diversos arqueólogos como balizador e norteador das práticas educativas desenvolvidas no campo da Arqueologia. O guia tinha como objetivo sistematizar e orientar as ações educativas que já estavam sendo realizadas há um tempo por escolas e instituições museais. Dessa forma, independentemente das críticas, ao guia, é incontestável a sua contribuição nas diretrizes das atividades educativas direcionadas ao patrimônio.

As reflexões e críticas foram realizadas por educadores, historiadores, museólogos e arqueólogos ao longo dos últimos anos. Como pode ser notado na dissertação de Campos

(2014). A autora sinaliza a visão simplista com que a Arqueologia é tratada, assim como ocorre com a conceituação de História e sobre as assertivas sobre os indígenas.

Já Erven (2013) ressalta que o foco das ações está no Patrimônio cultural,

o patrimônio é visto como objeto de contemplação e possibilita, por meio do contato direto com os bens materiais, a formação do sujeito e sua “alfabetização cultural”. Parte-se da premissa “conhecer para preservar”, ou seja, a partir do momento em que tomamos consciência da existência e importância do patrimônio, passamos a incorporá-lo como bens que nos pertencem e, por isso, deveríamos preservar (p.18).

Dessa forma, é importante reconhecer a Educação Patrimonial como uma área de trabalho, reflexão e ação voltada para a relação estabelecida entre o sujeito e os bens patrimoniais que pode trazer em seu corpus epistemológico tendências educacionais díspares, diversas, antagônicas e até mesmo conflituosas.

O que implica considerar

O campo da Educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos. Orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território. Toda tentativa de reduzir a educação patrimonial a uma única metodologia também pode ser lida como tentativa de domínio hegemônico, controle e eliminação de diferenças. Conclusão: a denominada educação patrimonial não é por si só emancipadora ou repressora, fértil ou estéril, transformadora ou conservadora (Chagas, 2004, p.144-145)

O IPHAN, a partir de 2004, reformulou em grande parte o campo da Educação Patrimonial, estabelecendo uma série de ações e criando variados órgãos, renovando e revigorando o trabalho educacional voltado para o Patrimônio Cultural. No guia intitulado “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos” (IPHAN, 2014) é possível visualizar essa transformação da Educação Patrimonial até os dias atuais.

Atualmente, a política de Educação Patrimonial do IPHAN se baseia em 3 pilares: Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal (Programa Mais Educação e Programa de Extensão Universitária); Gestão compartilhada das ações educativas (Rede Casas do Patrimônio); instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial (I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, 2005; I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, 2009; I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2009; II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: estratégias para a construção e implementação de uma política nacional, 2011). Percebe-se que há o reconhecimento de que a temática, Patrimônio Cultural, deve fazer parte da realidade dos alunos no ensino formal.

É válido frisar que a educação, entendida do seu sentido amplo, a memória social e o patrimônio cultural estão sempre presentes em seu bojo epistemológico e cognitivo. Desta forma, ao se reconhecer os bens patrimoniais como potencialmente educativos, há

o empoderamento da tarefa de educar, o que pressupõe lidar com o patrimônio e todas as suas tensões, diacronias e divergências existentes.

As ações do IPHAN e as parcerias criadas com o MEC, poderes públicos locais, comunidade e os diversos agentes sociais educadores são indícios e sinais de uma nova postura no que diz respeito ao entendimento da relação estabelecida entre os sujeitos e os bens patrimoniais. O patrimônio, antes essencializado, agora começa a surgir como um elemento plural e provocativo de saberes e aprendizagens múltiplas.

5.2. Público Alvo

Em atenção às normas vigentes foram desenvolvidas ações de educação patrimonial vinculadas ao Projeto “Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe no Litoral Norte de Pernambuco – PE”, tendo sido contempladas escolas do Município de Abreu e Lima. As ações foram voltadas principalmente para alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas do município. Espera-se que sejam fortalecidos os conteúdos desenvolvidos com os estudantes em curso, como também com os demais atores como os professores, diretores e coordenadores que doravante tenham se sensibilizado com a participação, mesmo que indireta, nesse Projeto.

5.3. Objetivo

A ação de educação patrimonial teve como objetivo geral divulgar, valorizar e preservar o patrimônio cultural e arqueológico do município de Abreu e Lima, no litoral Norte de Pernambuco. Como objetivos específicos, destacam-se as seguintes ações:

- Sensibilizar os estudantes para o patrimônio arqueológico existente no município de Abreu e Lima, em especial a Sesmaria Jaguaribe;
- Destacar os bens patrimoniais de caráter arqueológico, demonstrando sua relevância no processo de construção da história regional e nacional;
- Sociabilizar de forma didática e palpável os conhecimentos científicos gerados a partir das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Sesmaria;
- Atrair e instigar no público o desejo de conhecer os bens patrimoniais arqueológicos no município de Abreu e Lima e suscitar o desejo de preservá-los e divulgá-los.

5.4. Metodologia e Aportes Teóricos e Conceituais

Os vestígios arqueológicos foram vistos, neste projeto, como objetos geradores, “ao motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano”. (Ramos, 2016, p.73). Dessa forma, sua utilização foi enquanto

parâmetro hermenêutico visando à edificação de práticas pedagógicas que permitissem novas interpretações e reinterpretações sobre a nossa História. O objetivo foi partir dos vestígios arqueológicos para se chegar história de grupos pretéritos, gerando assim, reflexão histórica. (Ramos, 2016).

Já as ruínas da Sesmaria Jaguaribe foram entendidas, nesta proposta, como um palimpsesto. De acordo com Almeida (2011)

Apesar de todas essas alterações contemporâneas, a cidade continua sendo um *palimpsesto*. A palavra, que significa “*manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores*”, referia-se, durante a Idade Média, a pergaminhos que eram reaproveitados continuamente para novas escritas. Sendo assim, o texto anterior era apagado para dar lugar a um novo texto. No entanto, por vezes o texto antigo deixava suas marcas e, dessa forma, o palimpsesto continha vários textos, várias escritas, de vários tempos. E é nesse ponto que a cidade pode ser comparada ao palimpsesto: assim como o manuscrito, ela também é uma. *do tempo específica*” (RÜSEN, 2009: 170) e a cidade, com todas as suas camadas de tempos diferentes existentes, nos auxilia a pensar em como a experiência com esses vários tempos contribui para a percepção de um dos conceitos fundamentais para a compreensão da História: a ideia de *mudança*. Nesse sentido, a experiência cotidiana com o urbano, com as edificações, as ruas, os veículos; com os ofícios urbanos, com o ritmo de vida e com as pessoas que compartilham de um mesmo ambiente (mesmo que de maneiras distintas) é um terreno extremamente fértil para que a História seja ensinada e aprendida. (p.27-28)

Dessa forma, são trabalhados os aspectos da multiculturalidade. Que são apresentados por meio das diversas ocupações e reocupações existentes na Sesmaria, visíveis na estratigrafia e demais elementos. O que remete diretamente ao direito à diversidade histórica e a multiplicidade das memórias (Ramos, 2016, p.80).

Assume-se a visão construtivista do conhecimento ao trabalhar com a história como sendo feita por várias visões de mundo e diferentes atores históricos. Busca-se, assim, um entendimento plural e transformador, por meio dos vestígios arqueológicos, valorizando o que é local, favorecendo a multiplicidade e o posicionamento crítico, a partir da busca de novos saberes e que está aberta as tensões e conflitos presentes nos bens patrimoniais (Campos, 2014; Chagas, 2009).

5.5. . Recursos Metodológicos e Estratégias Didático-Pedagógicas

Para um melhor aproveitamento e compreensão do conteúdo trabalhado buscou-se motivar os estudantes no desenvolvimento de estudos e pesquisas ligadas ao patrimônio material cultural e arqueológico do município de Abreu e Lima e para tal foram planejadas as seguintes atividades:

- Palestras e Debates

Palestra- Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe

Palestra- Preservação e Gestão do Patrimônio do Engenho Jaguaribe

Palestra- Memória de Pernambuco

Palestra- Capelas Coloniais do Nordeste do Brasil

Reflexões Acadêmicas sobre Arqueologia na Sesmaria Jaguaribe: Produção dos Alunos de Graduação em Arqueologia da UFPE;

- Exposição Temporária: 447 anos de contato e histórias Arqueologia e Identidades;
- Oficinas sobre Arqueologia –Modelagem, Desenho e Patrimônio;
- Visita às escavações do Engenho Jaguaribe.

5.6. Ações Educativas Implementadas e Resultados Alcançados:

A Educação Patrimonial desenvolvida no âmbito do Projeto Cultural “Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe no Litoral Norte de Pernambuco” foi composta por: Exposição de material arqueológico, palestras, oficinas e receptivo de visitas ao sítio arqueológico. Distribuídas da seguinte forma:

- Palestra de abertura: Auditório da Escola Polivalente (09/08/2017)
- Palestra de encerramento: Auditório da Escola Municipal Francisco Barros (01/09/2017)
- Exposição temporária: Escola Polivalente (14/08 a 01/09/2017)
- Oficina de Modelagem em cerâmica: E. M. Pedro Salviano (16/08/2017)
- Oficina o Desenho e o Patrimônio: Escola Neuza Rodrigues (23/08/2017)
- Oficina lúdica sobre arqueologia: E. M. Sebastião Cândido do Nascimento (24/08/2017)
- Oficina de registro rupestre: Escola Estadual Polivalente (24/08/2017)

5.6. 1. Palestras

Como parte do escopo das referidas ações foram estruturadas palestras e interlocuções de cunho informativo voltado para os alunos, professores e demais membros da comunidade. A palestra de abertura e o encerramento foram abertos para toda sociedade, sendo amplamente divulgado nas escolas e demais locais do município.

A palestra de abertura foi conduzida pela Prof. Dr^a Claudia Alves Oliveira, na Escola Polivalente. Em termos práticos, o conteúdo versou sobre as noções básicas do trabalho do arqueólogo e sobre os processos de aquisição e produção do conhecimento acerca de nosso passado. Desse modo, traçou-se uma abordagem sobre a História da região, recuando para o período da colonização, enumerando alguns fatos e acontecimentos de

modo a conduzir os ouvintes à percepção das diferentes formas de vida social e relações com o meio ambiente. Buscou-se destacar o papel do patrimônio arqueológico na elaboração de uma história que na maioria das vezes não é contemplada por documentos escritos. Neste encontro, o projeto e as suas diversas atividades educacionais foram apresentados e divulgados para a comunidade.

Figura 71: Palestra de abertura na Escola Polivalente



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 72: Encerramento da palestra de abertura na Escola Polivalente



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Com o intento de finalizar as ações educativas relativas, do projeto em questão, foram realizadas cinco palestras no Auditório da Escola Municipal Francisco Barros. Abaixo será apresentada a temática e o palestrante.

➤ *Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe*

Palestrante: Prof. Dr^a Cláudia Oliveira (UFPE)

➤ *Preservação e Gestão do Patrimônio do Engenho Jaguaribe*

Palestrante: Prof. Dr^a Neuvânia Curty Ghetti (UFPE)

➤ *Memória de Pernambuco*

Palestrante: Prof. Dr. Fernando Guerra (UFPE)

➤ *Capelas Coloniais do Nordeste do Brasil*

Palestrante: Prof. Mrs. Luiz Severino da Silva Junior (UNIVASF-PI / Doutorando em Arqueologia (UFPE)

➤ *Reflexões Acadêmicas sobre Arqueologia na Sesmaria Jaguaribe: Produção dos Alunos de Graduação em Arqueologia da UFPE*

Figura 73: Palestra de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 74: Local da Palestra de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 75: Professores que ministraram Palestras de encerramento na Escola Municipal Francisco Barros



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

As palestras tiveram como objetivo comunicar os resultados prévios da pesquisa desenvolvida na Sesmaria Jaguaribe e propiciar debates entre os acadêmicos e a comunidade. É válido ressaltar que os alunos da Escola Polivalente e da Escola Municipal Francisco Barros participaram ativamente das interlocuções. Membros da Prefeitura

Municipal de Abreu e Lima também estiveram presentes, juntamente com alunos do 4º período de Arqueologia (UFPE).

5.6. 2. Exposição “Arqueologia e Identidades – 477 anos de contato e Histórias

A exposição foi montada na Escola Polivalente e esteve aberta para visitação entre os dias 14 de agosto à 1º de setembro de 2017. A curadoria foi realizada pela Profª Drª Claudia Alves Oliveira (UFPE) e Profª Drª Neuvânia Curty Ghetti (UFPE).

Os objetos expostos são do acervo do Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA) e do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (LACOR), ambos pertencentes a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Os materiais eram oriundos de pesquisas já desenvolvidas no Litoral Norte de Pernambuco e demais localidades do estado. A proposta era apresentar para o público a diversidade de objetos que podem ser encontrados em um sítio arqueológico histórico, objetos como: faianças finas e grossas, cerâmica vitrificada, porcelana, moedas, variados objetos de metal e cerâmica indígena histórica.

A exposição ficou aberta durante o turno da manhã e tarde com a supervisão de duas monitoras (arqueólogas) que participaram ativamente das pesquisas desenvolvidas no Engenho Jaguaribe.

Todas as turmas da Escola Polivalente visitaram a exposição, acompanhadas pelos professores ou sozinhas. As monitoras explicaram os artefatos presentes e contextualizaram as pesquisas já desenvolvidas no Litoral Norte, a importância da Arqueologia para a História local e nacional. Especificidades sobre a arqueologia e o trabalho do arqueólogo também foram abordados.

Os alunos mostraram-se extremamente participativos e realizaram uma série de interlocuções e questionamentos sobre o que estavam vendo e ouvindo, das monitoras, naquele espaço expositivo. Os alunos ao ficarem sabendo sobre a possibilidade de visitarem a escavação arqueológica no Engenho Jaguaribe demonstraram grande interesse em visitá-la, o que, de fato, veio a se concretizar.

Figura 76: Alunos da Escola Polivalente acompanhando as explicações das monitoras sobre os objetos expostos



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 77: Alunos da Escola Polivalente acompanhando as explicações das monitoras sobre os objetos expostos



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

5.6. 3. Oficinas de registro rupestre e argila/ Maria Fernanda Even

Com o desenvolvimento das oficinas pretendeu-se envolver os alunos de forma lúdica no universo arqueológico.

A Oficina de Modelagem em Cerâmica visou atingir o público constituído por alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Pedro Salviano, localizada na periferia do município de Abreu e Lima.

O conteúdo foi explanado por meio de interlocução oral, durante a condução da oficina, que tinha por finalidade informar sobre a importância do trabalho do arqueólogo e os meios pelos quais são elaborados dados e conhecimentos sobre nossos antepassados, além de trazer elementos para a formação de nossa identidade étnica e valorização de nosso patrimônio cultural.

Na oficina de argila foi trabalhada a técnica de confecção dos artefatos cerâmicos, assim como, a correlação destes com o que temos hoje. Dessa forma, pretendemos desmistificar a idéia pré-concebida, da maioria da população, de que os indígenas não possuíam tecnologia. Os vasilhames cerâmicos foram feitos utilizando a técnica do acordelado.

Foi notório, com alguns todos alunos, a dificuldade enfrentada durante a confecção dos vasilhames o que decorre da falta de habilidade técnica, para essa função, que temos hoje. Tal fato os fez perceber o quanto a tecnologia indígena, para a confecção dos vasilhames, é avançada.

Figura 78: Preparação com os alunos para dar início à oficina de modelagem em cerâmica na da E. M. Pedro Salviano



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 79: Oficinas de modelagem de cerâmica



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 80: Oficina de modelagem de cerâmica



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 81: Vasilhames confeccionados pelos alunos



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Já a Oficina de Registro Rupestre foi realizada na Escola Estadual Polivalente, com o auxílio dos alunos do 4º período de Arqueologia – UFPE. Os alunos que participaram da atividade foram os do 6º ano do ensino fundamental.

Esta oficina teve como intuito trazer os alunos da Escola Polivalente ao passado fazendo-os reviver o “período das cavernas”. Durante a interlocução com eles foi dada ênfase nas pinturas e gravuras rupestres presente em grande quantidade na região Nordeste, em especial em Pernambuco. Foi explicado e exemplificado que as pinturas rupestres tinham como objetivo retratar atividades do dia a dia dos grupos pré-históricos, como por exemplo, a caça, os animais que eles caçavam, dança, seus rituais, etc. Ressaltou-se também o possível uso dessas imagens como forma de comunicação entre os integrantes de um grupo e também com outros grupos distintos. Foram destacadas as metodologias e inferências possíveis para interpretação das pinturas rupestres. As técnicas de confecção das pinturas também foram mencionadas, assim como os pigmentos que eram utilizados e de onde eram retirados.

A partir de tais informações solicitamos aos alunos que criassem algo relacionado ao dia a dia deles ou que tivesse relação com o modo de viver dos índios. Para tal atividade fornecemos tinta guache de colorações variadas e papel pardo. Dessa forma, os alunos foram divididos em dois grupos distintos, visando a confecção de um “painel” rupestre.

Figura 82: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 83: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 84: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 85: Confecção do painel rupestre



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 86: Interlocução com os alunos sobre as pinturas e gravuras rupestres



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 87: Confeção do painel rupestre



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 88: Painel rupestre elaborado pelos alunos do 6º ano da Escola Polivalente



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

5.6. 4. Oficina lúdica sobre Arqueologia/ Maria Fernanda Van Erven

A oficina foi desenvolvida na E. M. Sebastião Cândido do Nascimento. A escola encontra-se próxima a área onde estava sendo desenvolvida a escavação, trata-se de um espaço educacional multiseriado. A atividade foi incluída no cronograma a pedido da professora responsável pela escola.

Os alunos do 4º período de Arqueologia juntamente com uma pesquisadora/colaboradora que estava participando da escavação foram os proponentes da atividade lúdica desenvolvida.

Foi proposto um jogo de caça ao tesouro, onde pistas foram escondidas na própria escola. Os temas trabalhados diziam respeito ao dia a dia dos índios, como, os lugares onde moravam, o que comiam, como construíam suas moradias, suas ferramentas de trabalho e o aspecto ritual. Os alunos da escola, como eram em grande parte crianças pequenas, tiveram durante toda “caça” ao tesouro o acompanhamento de alunos da graduação. A arqueologia e seus métodos de trabalho foram as ferramentas epistemológicas e hermenêuticas do jogo, que tinha como intento mostrar as “pistas”(vestígios arqueológicos) que são deixadas pelos grupos pré-históricos e como o arqueólogo, depois de um longo período, consegue encontrá-las e interpretá-las.

As crianças mostraram atentas, participativas e instigadas com a atividade.

Figura 89: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 90: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 91: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 92: Oficina de caça ao patrimônio com alunos da E. M. Sebastião Cândido do Nascimento



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

5.6. 5. Oficina O Desenho está na minha mão / Luiz Severino da Silva Jr.

Do ponto de vista cognitivo, a percepção do contorno das formas pode ser entendida como uma linha, assim, a representação das formas e da maneira de ver as formas, podem ser vistas sob uma ótica linear (WOLFFLIN, 1979).

Partindo dessa premissa, deve-se aceitar a noção de que todos sabem desenhar, mesmo que de forma linear. Portanto, a linguagem do desenho linear é a base para outras formas expressão, como por exemplo, a linguagem da pintura. Seguindo os princípios gerais das Artes Visuais, foi desenvolvida a oficina de desenho para crianças, intitulada: O DESENHO ESTÁ NA MINHA MÃO. Sua aplicação foi direcionada para oficinas de primeiro contato com crianças em idade escolar do ciclo fundamental.

O conceito de primeiro contato faz referência a uma oficina que ocorreu em apenas um turno, sem preparações prévias e com apenas um encontro. Por isso, a abordagem buscou acessar dois aspectos preliminares do comportamento na infância: a **negativa do fazer** e o **uso de conhecimentos prévios**. A primeira questão diz respeito a condutas pautadas nas afirmações das crianças que dizem: “Não sei desenhar!”. Já o segundo aspecto, faz relação com a compreensão cognitiva de que ‘todos sabem desenhar’ (ARNHEIM, 1991).

Unindo as noções de desenho e pintura aos das temáticas a serem propostas as crianças, buscou-se utilizar como técnica a prática infantil do desenho pelo **contorno das próprias mãos**. Essa estratégia de conhecimento prévio da infância permite que qualquer criança possa realizar as atividades propostas de maneira que ela possa ser conduzida a perceber que pode ter habilidades que levem a uma **livre expressão**. Juntando essa habilidade a instrumentalização dos conceitos das artes, esperava-se que as crianças pudessem fugir dos temas propostos e passassem a seguir suas percepções executando suas habilidades individuais, sem que sejam efetivadas avaliações, valorações ou correlações sobre a produção dos alunos. O que se buscava era a expressão individual, ou seja, que cada aluno produzisse desenhos ou pinturas, que pudessem ser “lidas” e discutidas coletivamente entre os colegas.

5.6. 5 1. Recursos

Atrelada a um projeto de educação patrimonial, essa oficina teve o objetivo de propor que temas da história regional da cidade de Abreu e Lima pudesse ser abordado através de uma perspectiva das Artes Visuais.

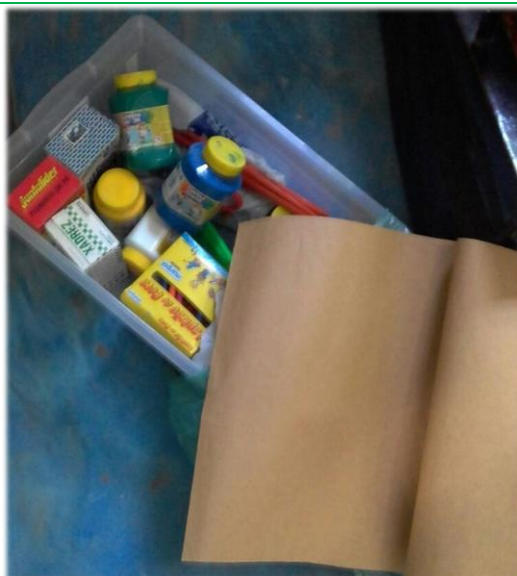
A oficina foi aplicada por um monitor ou arte educador, e, contou com o apoio/acompanhamento de um profissional conhecido das crianças, ou seja, o professor

da turma. O tempo de duração foi de 3 horas de atividades, dividida em três. A primeira etapa, apresentação e conceituação, foi desenvolvida com o apoio de projetor, uso de quadro branco e pincel marcador. A etapa final da produção dos alunos foi realizada com o apoio do quadro branco/marcador e por orientação direta a cada aluno.

Para tanto, em um engradado plástico de 40 litros, foi ser levado a sala de aula, os seguintes materiais básicos: cem folhas de papel madeira de 1m x 1m, dez caixas de lápis de cera (várias cores), 40 pinceis (vários tamanhos), oito jogos de tinta acrílica, oito jogos de tinta guache, ou, nove caixas de pigmento em pó do tipo xadrez (todos os pigmentos devem ter no mínimo a cor preta, e, as três cores básicas: vermelha, azul e amarelo, para produção de misturas de outras cores).

A sala estava equipada com mesas acessíveis as faixas etárias dos alunos do Ensino Fundamental, tinha pia para higiene, toalha, ou papel toalha e sabão. A importância de se utilizar um engradado plástico com todo o material é relativo a compreensão de que a oficina não deveria causar mudança na ambiência da sala de aula, gerando um maior conforto para as crianças e possivelmente uma maior aceitação para a saída da rotina escolar. Por isso, o horário do intervalo foi respeitado.

Figura 93: Modelo de caixa plástica e materias

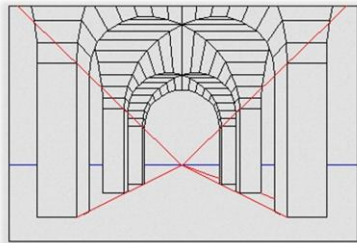





Fonte: Equipe arqueológica, 2017

5.6. 5. 2. Aplicação

Assim foi apresentado, de maneira breve e lúdica, o projeto e as atividades a serem desenvolvidas. Para tanto, foi produzida uma apresentação prévia em base digital (PowerPoint) para realização de projeção em sala de aula. Em uma apresentação interativa, buscando o diálogo com as crianças, onde foram apresentados os **conceitos básicos** para fundamentar as habilidades que se esperava incentivar, foram eles: **linguagem do desenho, linguagem da pintura, sombra, luz, volume, proporção, perspectiva** e **uso e tipos das cores**. Essa etapa durou no máximo 40 minutos.

A segunda etapa foi mais breve e direta, no máximo 30 minutos, pois deveria abordar a história e o patrimônio cultural da cidade. Como exemplo, foram utilizados os dados históricos sobre o nome do bairro da escola, ou seja, o bairro de Caetés I. Efetuadas relações com a história dos nativos que aqui ali habitaram, e discutidas a noção de herdeiro cultural de um processo de miscigenação cultural. Desta forma foi incentivado as noções de pertencimento e do patrimônio cultural.

<p>Figura 94: Ponto de fuga</p>  <p>UM PONTO DE FUGA</p> <p>Fonte: Equipe Arqueológica, 2018</p>	<p>Figura 95: Expressões</p>  <p>Fonte: Equipe Arqueológica, 2018</p>
<p>Figura 96: Ruínas da Igreja de São Bento</p>  <p>Fonte: Equipe Arqueológica, 2018</p>	<p>Figura 97: Desenho de Verderame</p>  <p>Fonte: Equipe Arqueológica, 2018</p>

O tema foi reforçado com a apresentação de imagens das pesquisas arqueológicas e dos sítios arqueológicos. Se possível, fugir das discussões das festividades do calendário oficial (Carnaval, São João e Natal) pois, esses temas levam a dispersão das noções coletivas de identidade que não contribuem com o reconhecimento do lugar onde se vive. As únicas efemérides oficiais que devem ser abordadas são relativas a constituição do município. Assim, pode-se incentivar a importância histórica do lugar em que se vive e incentivar o sentimento de participante da história, com a perspectiva de que todos fazem a história (LE GOFF, 1990).

A terceira etapa, é a da distribuição dos materiais e sobre as formas de utilização. Para o início dos trabalhos, pode-se formar grupos de crianças com até cinco membros, de maneira que eles possam dialogar entre si e ver o processo criativo do colega e perceber as soluções adotadas.

A primeira atividade proposta é fazer o contorno das mãos em um dos lados do papel madeira, de maneira que um mesmo papel possa ser utilizado para várias produções. Depois, deve-se orientar o aluno a tentar pintar a mão ou fazer as sombras da própria mão. Em seguida, deve-se utilizar as mãos como se fosse um contorno de sombras para se ter contorno de um dragão, de uma flor, de um pássaro, ou qualquer forma que a imaginação possa criar.

Experimentado vários contornos para a produção de formas, pode-se passar ao desenho livre ou para a observação da foto da ruína da Igreja de São Bento, no município de Abreu e Lima. Nessa temática, as orientações individuais devem rememorar as noções de proporção e sombreamento.

Figura 98: Formação de grupos para início da produção do contorno da mão



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

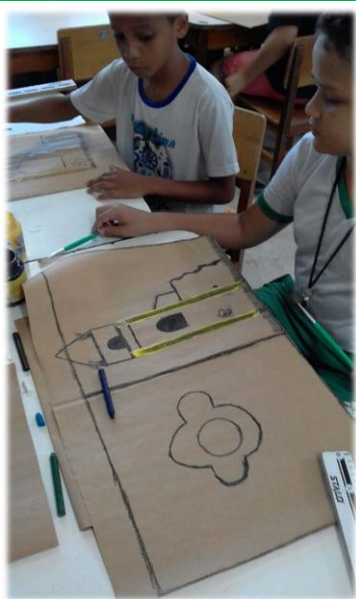
Figura 99: Tema do contorno e pintura das mãos e estudo das formas para tema livre.



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

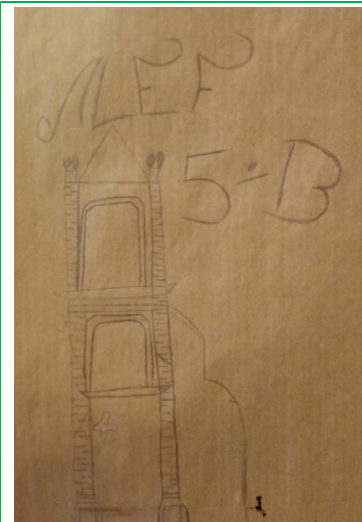
Percebido as habilidades e as possíveis dificuldades, deve-se dado apoio individual a cada aluno que solicite ajuda ou diálogo. Nesse momento, deve-se ofertar mais desenhos para novas produções e pedir autorização para que se possa ficar com algumas das produções para compor exposição em outras das atividades ao Projeto de Educação Patrimonial. Desta forma, os alunos devem receber informações sobre a exposição e serem convidados a verem suas obras em exposição. Incentivando a noção de pertencimento do lugar e de habilidades.

Figura 100: Desenho Livre



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 101: Desenho livre.



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

5. 7. Visitações às escavações do Engenho Jaguaribe

As visitas às escavações desenvolvidas no Engenho Jaguaribe foram um dos pontos altos do Projeto Cultural Arqueologia e Acessibilidade do Engenho Jaguaribe no Litoral Norte de Pernambuco.

As visitas ocorreram ao longo do mês de agosto de 2017. Moradores das comunidades próximas a área de pesquisa e alunos da Escola Polivalente (do 2º e 3º ano do ensino médio e 9º ano do ensino fundamental acompanhados por professores da escola) visitaram e puderam acompanhar de perto o andamento das escavações arqueológicas.

Os arqueólogos presentes na escavação fizeram o acompanhamento das visitas, explicando o trabalho que estava sendo realizado, sua relevância social, econômica e cultural para a sociedade e a sua importância ímpar para a História do Litoral Norte de Pernambuco e do Brasil.

Os participantes das visitas, ao sítio arqueológico, fizeram questionamentos e demonstraram profundo interesse e curiosidade no trabalho que estava sendo desenvolvido na escavação do Engenho Jaguaribe.

Além dos alunos da Escola Polivalente, a comunidade do entorno da Sesmaria Jaguaribe, o arqueólogo prof. Dr. Marcos Albuquerque e sua equipe, o prefeito de Abreu e Lima juntamente com seus assessores e equipes de reportagem também visitaram o sítio arqueológico.

Figura 102: Visitação dos alunos da Escola Polivalente as escavações arqueológicas no Engenho Jaguaribe



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 103: Visitação dos alunos da Escola Polivalente as escavações arqueológicas no Engenho Jaguaribe



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 104: Visita da equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Figura 105: Visita do prefeito e seus assessores no Engenho Jaguaribe



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Ao desenvolver todas essas ações - palestras, exposição, oficinas e visitas guiadas as escavações arqueológicas - foram construídos novos saberes, abrindo questionamentos e, principalmente transformando a forma com que a comunidade olhava para o seu passado e para o seu patrimônio cultural. O objetivo deste projeto foi também preparar e dar condições para que os professores, em ocasiões futuras, pudessem ter recursos para trabalhar com outros saberes, como por exemplo, o arqueológico. Assim, o projeto buscou ter ressonância não só nas salas de aula, como também em toda sociedade.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos engenhos Jaguaribe e Inhamã, encontram-se informações históricas sobre outros engenhos na área da Sesmaria Jaguaribe, como por exemplo, os engenhos Caetés, Paratibe, Desterro, Paulista, Timbó, Maranguape, Fragosso, Pitanga e Utinga, os quais faziam parte do complexo de produção açucareira da zona litorânea norte do estado de Pernambuco.

Registrado no IPHAN em 2001 como sítio arqueológico o Engenho Jaguaribe encontrava-se relativamente bem conservado onde se encontrava o alpendre, a casa construída para moradia do Sr. Antônio Maurício (Figuras 106 e 107) praticamente completos.

102

Figura 106: Reforma do Sr. Mauricio na década de oitenta



Fonte: Cláudia Oliveira, 2001

Na parte interna da casa grande verificavam-se ainda três paredes em pé, uma delas com portas e janelas completas. A capela interna da casa grande estava bem delimitada com partes das quatro paredes (Figuras 108 e 109).

Em 2015 aumentou o grau de degradação de todas as estruturas e as paredes foram tombadas por efeitos naturais e antrópicos (Figura 110 e 111).

Figura 107: Reforma do Sr. Mauricio na década de oitenta



Fonte: Cláudia Oliveira, 2001

Figura 108: Estruturas do engenho em 2001



Fonte: Cláudia Oliveira, 2001

Figura 109: Estruturas da capela da casa grande



Fonte: Cláudia Oliveira, 2001

Figura 110: Efeitos da degradação atual



Fonte: Cláudia Oliveira, 2015

Figura 111: Efeitos da degradação atual



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Partindo das ruínas da Casa Grande do engenho Jaguaribe procurou-se entender implantação da casa, seus acréscimos, as técnicas construtivas, os espaços internos, suas relações com as demais edificações, conhecer os depósitos dos vestígios da cultura material e denotar os comportamentos relativos a esse espaço do sítio arqueológico. Em paralelo aos estudos da cultura material, cabe o desenvolvimento de outras variáveis de análise do engenho, que são as variáveis dos dados documentais e da tecnologia aplicada para a construção da capela.

Sobre o sistema construtivo desses primeiros engenhos existem poucas informações. Os portugueses não deixaram registros icnográficos sobre a arquitetura dos primeiros engenhos. A lacuna foi preenchida, como visto anteriormente, pelos pintores holandeses, como Frans Post.

As pinturas e desenhos de Frans Post, pintor que fazia parte da comitiva trazida por Maurício de Nassau, por ocasião do seu governo em Pernambuco, sob o domínio holandês de 1630 a 1654, constituem-se, segundo José Luiz da Mota Menezes (1983, p. 323), em um dos melhores documentos da história da arquitetura do período. Embora, como já observaram alguns estudiosos das pinturas de Frans Post, muitas delas foram executadas na Europa a partir de croquis e anotações feitas no Brasil, e por isso, elas não podem ser consideradas fiéis em relação à paisagem e a topografia, mas o mesmo não

acontece em relação à arquitetura. A comparação da repetição do modelo dos edifícios representados, a associação ao trabalho de outros artistas, descrições como as de Koster e de Vauthier e, os poucos edifícios remanescentes do primeiro século e dos primeiros anos do segundo, possibilitam a condução de conclusões válidas para a história.

O conhecimento das técnicas construtivas empregadas em uma determinada edificação, aliado ao conhecimento histórico sobre as mesmas e sobre os materiais nelas empregados, são elementos valiosos para estabelecer as cronologias dessas edificações e o fornecimento das indicações para a sua filiação. Portanto, não se pode deixar de fazer uma análise sobre os sistemas construtivos adotados pelos portugueses durante a colonização.

O Engenho Jaguaribe, de acordo com nossa classificação, seria um engenho primitivo do século XVI, que possivelmente teve na tração animal o seu primeiro formato. Esse indicativo foi revelado nas escavações arqueológicas da casa-grande do engenho, quando se percebeu pelo estudo da técnica construtiva, que essa edificação passou por pelo menos cinco fases (Figura 112).

Figura 112: Fases de ocupações no Engenho Jaguaribe



Fonte: Cláudia Oliveira, 2017

A primeira no século XVI com a construção da primeira casa que poderia ter sido utilizada também como a moita do engenho Jaguaribe. A segunda com a separação da moita e definição da casa grande. As fases 3 e 4 representariam reformas, possivelmente entre os

séculos XVII e XIX. Por fim a fase 5, período das reformas do Sr. Antônio Maurício na década de oitenta.

Por outro lado, em cota positiva, se pode observar quatro etapas construtivas: 1) parede com utilização de taipa; 2) construção de alvenaria com tijolos maciço; 3) reforma no século XIX, depois da saída de Henry Koster para Itamaracá e, 4) reforma na década de 80 pelo Sr. Antônio Maurício (Figura 113).

Figura 113: Fases identificadas em cota positiva



Fonte: Cláudia Oliveira, 2017

Um indicativo da primeira fase foi a descoberta de ‘casa de pedra’, quando a “casa” possuía uma canaleta de pedra, revestida e inclinada para uma área em desnível inferior (Figuras 44, 45 e 46). Esse contexto arqueológico sugere que, em algum momento a casa foi uma ‘casa de engenho’, ou seja, uma fábrica de açúcar. Além disto, a presença das ruínas de outra moita (fábrica de açúcar) nas margens imediatas do Rio Jaguaribe, indica a ampliação e mudança da moenda, para o uso da força motriz hidráulica. Essa delimitação do modelo de moita com colunas quadradas em planta retangular, para segurar cobertura com vão livre sem paredes, pode ser observada em outros engenhos do litoral norte de Pernambuco, tais como ocorrem nas moitas do Engenho São João, Itamaracá; Engenho Monjope e as ruínas do Engenho Inhamã, ambos na cidade de Igarassu.

O Sr. Antônio Maurício contou que a última grande intervenção que a estrutura da casa teria sofrido antes de ruir na década de 1980.

“Neste período, já casado e com os filhos adultos, Sr. Antônio Maurício decidiu reformar a casa, pois a ação do tempo estava deteriorando rapidamente o telhado. Assim, ele realizou a troca de toda a madeira do teto que estava com

cupim e podre, e também substituiu as telhas. Ele afirma que as antigas e grossas madeiras, bem como as telhas antigas, eram muito pesadas para a estrutura da casa. Assim ele colocou um novo telhado, rebocou e pintou as paredes, e por fim, como ele mesmo faz questão de destacar, ele também fez intervenções construtivas na divisão espacial da casa, criando um banheiro, que até então não existia. Toda esta reforma na casa foi realizada para uma das suas filhas recém-casada morar” (CARDOSO, OLIVEIRA e MIRANDA, 2018)

Verificam-se no alpendre três fases construtivas bem definidas, sendo a primeira, uma única parte de uma parede de taipa onde é possível visualizar portas, janelas e colunas em madeira de cedro, a segunda fase apresenta tijolos maciços e a terceira fase com tijolos com seis furos, cimento e reboco.

Na tentativa de manter a estrutura em pé, Sr. Antônio Maurício rebocou toda a casa, mas atualmente este reboco também está degradado. A parte do alpendre ainda tem outro grave problema, a anos uma árvore de embaúba cresceu na parte superior da parede, hoje a árvore enraizou em boa parte da parede, e tem aproximadamente 4m de altura. O Sr. Antônio Maurício conta que tem receios de cortar a árvore e com isto as raízes morrerem o que criaria um espaço vago entre os tijolos, ocasionando a queda da parede.

As etapas construtivas 1, 2, 3 e 4 identificadas em cotas positivas no Engenho Jaguaribe, poderiam pertencer aos séculos XVI e XVII (fase 1 e 2); e aos séculos XIX e XX (as fases 3 e 4) depois da ocupação de Henry Koster..

Verifica-se ainda que houve uma alteração no século XX na posição da casa, ou seja, a frente da casa foi invertida para posição atual. A frente da primeira casa grande estaria no voltada para o norte (Figura 114).

Figura 114: A primeira casa teria a frente voltada para o norte



Fonte: Cláudia Oliveira 2017

No caso da documentação do Engenho Jaguaribe, existe uma limitação de dados documentais e iconográficos, problema este que pode ser parcialmente tratado com estratégias metodológicas que busquem a construção de contextos. Para tanto, o estudo tipológico das formas nos processos de produções manufaturadas, como é o caso das edificações de um engenho, levou em consideração o entendimento de que os objetos foram produzidos seguindo “regras” coletivas que respeitaram: as formas, as decorações, a função, o uso de materiais e a técnica produtiva (Mannoni; Giannichedda, 2007, p.60). Nesta fase foi possível delimitar a estrutura básica da casa grande (Figura 115), entretanto, os detalhes internos e todas as etapas evolutivas estão sendo processadas e complementadas com os novos estudos que estão sendo realizados.

Figura 115: Delimitação da estrutura básica do engenho Jaguaribe



Fonte: Equipe arqueológica, 2017

Linhas amarelas : área do alpendre / Linhas vermelhas limites da casa grande e capela sacada interna

Henry Koster relatou que:

“ A casa, antes aludida, situava-se num prolongamento da colina, olhando o vale, e logo ficou sem moradores, podendo eu ir ocupa-la. Era espaçosa mas o solo não estava tijolado e as paredes interiores não possuíam pintura ou teriam sido branquejadas a muito tempo. Recebi as visitas e presentes, de acordo com a tradição.....” (KOSTER, 1978:225)

A partir de uma pintura feita pelo artista Edson Bezerra, sugere-se que a casa grande do Engenho Jaguaribe apresentaria a seguinte forma: telhado com duas quedas d’água e

alpendre com colunas abertas (Figura 116). Entretanto, essa é uma hipótese que deverá ser testada no decorrer da pesquisa.

Figura 116: Pintura óleo da Casa Grande do Engenho Jaguaribe por Edson Bezerra



Fonte: Pintura de Edson Bezerra

Alterada: Colunas em branco, sugestão de como seria a casa grande no século XVIII

A pesquisa na área da casa grande permitiu identificar até o presente cinco períodos de ocupação, entretanto, outros estudos, como por exemplo, as datações das argamassas e tijolos, estão em andamento e, o traçado arquitetônico da casa grande e do engenho Jaguaribe, muito em breve, será definido.

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. de. 2000. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia da Letras.

ALMEIDA, R. de C. M. de. **Palimpsestos Urbanos: aprendizagens históricas em tramas de memórias da cidade.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

ANDRADE, A. P. G. de. A Casa de Vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma Reconstituição Arqueológica. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANDRADE, M. C. de. *A cana de açúcar e a mesorregião da Mata Pernambucana.* Recife, Ed. Universitária, UFPE, 2001.

ANDRADE, M. C. de. A indústria açucareira e a organização do estado do nordeste. In: Sociologia do açúcar. Recife, Museu do açúcar, 1971.

ANDRADE, M. C. de O. (coord.). Atlas Escolar de Pernambuco. João Pessoa: Grafset, 2003. Atlas.

ANTONIL, A. J. 1982. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP.

ARAUJO, A. G. de M.; CARVALHO, M. R. R. de. **A louça inglesa o século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no Sítio Florêncio e Abreu.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 3, p. 81-95, 1993.

ARNHEIM, R.. Arte e percepção visual. São Paulo: EDUSP, 1991

BAHN, P.; RENFREW, C.. Arqueologia, Teorias, Métodos y Práctica. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2007.

BARBOSA, K. V. de O. B. 2014. Escravidão, saúde e Doenças nas Plantations Cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Casa Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

BAZIN, G.. *A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.* Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 vols.

BROCHADO, J. P. *A Tradição Cerâmica Tupi-Guarani na América do Sul.* Clio. Recife. 1981.

CALDARELLI, S. B.. Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista

CARDOSO, R.. **Arqueologia musealizada e educação patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses.** 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Nota 27, pg. 108-110.

CHAGAS, M.. Diabruras Do Saci Museu, Memória, Educação e Patrimônio. IPHAN – **Musas Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Brasília IPHAN, n. 1, p. 136-146, 2004.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*. v.21, n.2, São Paulo, Jul./dez. 2013.

COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos. v. I, 1493 – 1590. FUNDARPE, Diretoria de assuntos Culturais (Coleção Pernambucana). Recife, 1983.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Abreu e Lima, estado de Pernambuco. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, M. J. da T. G. Galvão, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CURY, I. (org.). **Cartas patrimoniais**. IPHAN, 3ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

DIÉGUES JR., M. O engenho de açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de informação Agrícola, 1952. (Coleção: Documentário da vida rural n. 1).

Educação Patrimonial: reflexões e práticas. (Caderno Temático 2) / Átila Bezerra, Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.104 p.

Educação Patrimonial: Relatos e Experiências. André Luiz R. Soares (org.). Ed. UFSM: Santa Maria, 2003.

ERVEN, Maria Fernanda van. **Crianças no templo das musas**: mediadores culturais e aprendizagens em museus. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

Estratégias e jogos pedagógicos para encontros. Marta Lucia Bolívar Gutierrez...[et al]: [tradução Gilmar Saint'clair Ribeiro]- 5ªEd- São Paulo: Paulinas, 2012.

FERNANDES, J. A.. De Cunha a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003.

FERREIRA, A. B. de H.. Dicionário Aurélio Básico. São Paulo: Editora Nova Fronteira, p. 687. 1988.

FUNARI, P. P.. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

GALVÃO, T. L. C.; GOMES, OLIVEIRA, R.. O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista. Monografia, Olinda, PE, 2001.

GAMA, R.. A tecnologia e o trabalho na História. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

GOMES, G . Antigos engenhos de açúcar no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

GOMES, G.. *Engenho & Arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre. Recife: FUNDAJ, 2013.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

KARESCH, M. C. 2000. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).São Paulo: Companhia das Letras.

KERN, A.A., 1988, Arqueologia histórica missioneira. Anais do Simpósio Nacional de Estudos Missionários 7: 184-194.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2ª edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. Coleção Pernambucana, Volume XVII.

LE GOFF, Jacques. 1991. As doenças têm história. Lisboa: Terramar.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R. da; SAMPAIO, A. C. de O.; FENZL-NEPOMUCENO, A. & MARTINS, A. H. D. **A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro**. Revista Dédalo, S. Paulo, pub. avulsa, p. 205-230, 1989.

_____. **Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX**. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, São Paulo, v. 3, p. 129-191, 1995.

Litoral Brasileiro com as capitânicas Hereditárias.
http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html. Acessado em: 29/05/2015.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Volume XLI. Recife: Imprensa Oficial, 1946- 1947.

MAGESTE, L. E. C. *Entre Estilo e Função: O estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG*. Dissertação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

MAGNAVITA, C.; SILVA Jr, L. S. da; MUTZENBERG, D.; TAVARES, B.; OLIVEIRA, C.. **Geofísica aplicada à arqueologia histórica: um breve estudo de caso no Engenho Inhamã, Igarassu, Pernambuco, Brasil**. EBOOK

MANNONI, T.; GIANNICEDDA, E.. Arqueologia: materiais, objetos y producciones. 1 edición, Barcelona: Ariel, 2007.

MEDEIROS, M. C. de. **Reconstituição de uma fazenda colonial**: Estudo de caso da fazenda São Bento de Jaguaribe. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2005.

MELLO E ALBUQUERQUE, J. A. G.; XAVIER, C. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, Documentos para a História do Nordeste vol. II.

MENDES, L. A. de O. 1977. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil. Porto: Edições Escorpião (Caderno Homem e Sociedade).

MIRANDA, C. A. C. 2011. A arte de curar nos tempos da colônia: limites espaços da cura. 2ª. Ed. rev. ampl e atual - Recife: Ed Universitária da UFPE.

MONTEIRO, C. Encontrados vestígios de um dos primeiros engenhos coloniais no litoral norte de Pernambuco. Disponível em: www.ufpe.br. Acesso em: 06 fev. 2009.

MOURA, D. A. S. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. (Acessado em 03 de junho de 2015).

NEWMAN, S. P. 2013. A New World of Labor: the origins and development of plantation slavery in Barbados. In: *Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675-1825*. Omohundro Institute of Early American History & Culture Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675–1825. Cave Hill, Barbados.

OLIVEIRA L. M. de. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco/Companhia Editora de Pernambuco, 1975 [1893] (Coleção Pernambucana, 1 fase, v. 1).

OLIVEIRA, C. A., LARA, P. Jiménez. *Relatório de atividades de campo – Campanha 01 Engenho Inhamã/Igarassu – PE – BR*. Cuadernos de trabajo no 41 Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales Universidad Veracruzana, Mexico. ISSN: 1405-5600, 2012

OLIVEIRA, C. A.; LARA, P. J.; SILVA JR, L. S. Os Engenhos Coloniais no Litoral Norte De Pernambuco: O Engenho Jaguaribe - Primeiros Resultados da Pesquisa Arqueológica. Recife, Editora UFPE, 2017.

OLIVEIRA, C. A. de. Programa Jaguaribe - Preservação ecológica e cultural da Sesmaria Jaguaribe. In: **XVIII Congresso da SAB - Arqueologia, Patrimônio e Turismo**, 2005, Campo Grande - MS. XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, C. A. de. Relatório Final: **Os primeiros engenhos coloniais sesmaria Jaguaribe-PE**. 2011.

OLIVEIRA, C. A. de. Relatório Final: **Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2007.

OLIVEIRA, C. A. de. Relatório Final: **Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2005.

OLIVEIRA, C. A. de; BORGES, L. E.; SENA, V. K.. Prospecção de sítios arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe, litoral norte do estado de Pernambuco. In: XIII Congresso da SAB - Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005, Campo Grande - MS. XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, C. A. de; LIMA, M. L. F. da C.. Desenvolvimento do Turismo com Base Local: A Sesmaria Jaguaribe em Pernambuco. In: IX Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2005, Recife. Turismo, Inclusão Social e Sustentabilidade, 2005.

_____. Novas Perspectivas para o Turismo no Litoral Norte de Pernambuco. In: VIII ENTBL – ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL - Planejamento para o desenvolvimento do turismo local, 2004, Curitiba. VIII ENTBL - Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2004.

OLIVEIRA, C. A. de; SANTOS, C. A. dos; CASTRO, V. M. C. de. Estruturas Beneditinas da Sesmaria Jaguaribe. In: 55ª Reunião Anual da SBPC, 2003, Recife. Anais da 55ª Reunião Anual da SBPC, 2003.

OLIVEIRA, C. A.; LARA, P. J.; SILVA JR, L. S. da. Os Engenhos Coloniais no Litoral Norte De Pernambuco: O Engenho Jaguaribe - Primeiros Resultados da Pesquisa Arqueológica. Recife, Editora Universitária, 2017.

ORSER Jr. C. E. 1992. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, p 142.

ORSER, C. E. Jr. 1995. **Historical Archaeology**. New York: Harper Collins.

ORSER, C. E. Jr. 1996. **A Historical Archaeology of Modern World**. New York. Plenum.

OSINSKI, D.. Arte, História e Ensino: uma trajetória. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção: Questões da nossa época, vol. 79).

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1983. Vol. 1-10.

PINTO, Estevão. Os indígenas do nordeste. v. 1, n. 44, São Paulo, 1938 (Col. Brasileira, ser. 5).

PORTO, C.. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1965.

Primeira página da carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho. Disponível em: <http://galeraporumbrazilmelhor.blogspot.com.br/2010/10/documentos-historicos-n-4-doacao-da.html>. Acesso em: 29 maio. 2015.

RAMOS, F. R. L.. Objeto Gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, vol. 08, nº14, p. 70-93, 2016.

RICE. P. M. Ceramic diversity, production, and use: In *Quantifying diversity in archaeology*/edited by Robert D. Leonard and George T. Jones, Cambridge University Press. 1989.

RODRIGUES, M. L. N. B. Disponível em: <<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br>> (Acesso: 04 Junho 2015)

RYE. O. S. *Pottery Technology*. Principles and reconstruction. Manuals on Archaeology 4. Taraxacum, Washington. 1981.

SALVADOR, F. V. do. História do Brasil: 1500.1627. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1965.

SANJUÁN, L. **Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio**. Bracelona, Ariel, 2005.

SANTOS, S. M. dos. *Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do século XVI e início do Século XVII*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

SCHARTZ, S. B. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995.

SCHIFFER, M. B. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. *The Explanation of Artifact Variability*. American Antiquity, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos (engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835)*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia Das Letras/ CNPq, 1988.

SCHWARTZ, S. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 339-421

SHEPARD. Ana. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington D.C, Camegie Institution of Washington. 1961

SILVA, É. M. da. **A faiança Fina: Vestígios materiais do Forte Orange século XIX**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SILVA, H. N.; ALVES, C. A Produção de Cal na Sesmaria Jaguaribe entre o século XVIII e o início do XIX,. Anais Eletrônicos, UFPE, 2005.

SILVA, K. V.i. O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, p. 98. 2001.

SMITH, R. Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história. Bahia: Secretaria de educação e Cultura, 1951 (Coleção: Publicações do Museu do Estado).

SOARES, André Luís Ramos (org.). Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

SOMARRIBA, M. M. G. 1984. Medicina no escravismo colonial. In: Textos Sociologia e Antropologia. Nº 1. Belo Horizonte: UFMG (Mestrado de Sociologia e Antropologia).

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. 9 ed., Recife: Massangana, 2000. (série descobrimentos, 13)

SOUTO MAIOR, M.; SILVA, L. D. (orgs.) *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

SYMANSKI, L. C. P.. **Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998a.

_____. **Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves**. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, 11:71-86, 1998b.

_____. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

_____. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos**. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2, p. 73-96, 2008.

TAUNAY, A. Subsídio para a história do tráfico africano no Brasil colonial. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). Estudos sobre a escravidão negra. Recife: Massangana, v. 1, 1988.

TOCCHETTO, Fernanda; MEDEIROS João Gabriel Toledo, Medeiros. **A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre**. *Revista de Arqueologia*, v.22, n.1, (jan-jul.2009): 125 - 134, 2009.

TOLLENARE, L. F.1978. Notas dominicais. Recife: SEC/PE (Coleção Pernambucana, v. XVI).

VAINFAS, R.. A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 275. 1999.

VERDARAME, E.. Desenho da Igreja de São Bento, in: <https://everderame.wordpress.com/capelas-de-engenho/>, acessado em 1/7/2017. (DESENHO)

VIEIRA, G. S. *Decadência e expansão no litoral de Olinda (1654-1710): A freguesia de Maranguape*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal e Pernambuco, Recife, 2010, 139p.

WHEELER, M.. *Arqueologia de Campo*. Madrid, Fundo de Cultura Econômica,1978.

WÖLFFLIN, H.. Conceitos fundamentais da História da Arte: o problema da evolução dos estilos na arte recente. 13 edição, São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção “a”)

VIII – EQUIPE

Coordenação Arqueológica

- Cláudia Oliveira

Produção Executiva

- Lenice Queiroga

ARQUEOTEC

Técnico em Arqueologia

Ana Cláudia Sales

Luiz Severino

Assistente de Arqueólogo:

Josilene Bezerra Batista

Topografia:

Lyon Rodrigues de Oliveira

Elaboração de Mapas

Lyon Rodrigues de Oliveira.

Educação Patrimonial:

Neuvânia Curty Ghetti

Maria Fernanda Van Erven

Bolsistas:

Marcos Victor Gomes de Oliveira

Ana Paula Silva da Silveira

Trabalhadores de Campo:

Luiz Carlos dos Santos

Marcos Paulo de Arruda

Ludemar Rodrigues de Santana

Gilberto João da Silva

Web Design:

Carlos Victor Gomes

Vanessa Rodrigues

Audiodescrição: Com Acessibilidade Comunicacional

Roteiro: Silvia Albuquerque

Consultoria: Elizabet Sá

Revisão: Liliane Tavares

Contabilidade

Empresa Embraccon

IX – ANEXOS